

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

NATALIA ALVES DA SILVA

INOCÊNCIA ROMPIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: o abuso sexual entre si,
qual o papel da mídia, Estado e família nesse processo?

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

NATALIA ALVES DA SILVA

INOCÊNCIA ROMPIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: o abuso sexual entre si, qual o papel da mídia, Estado e família nesse processo?

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado ao curso de Serviço Social do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.^a Ms. Marcia de Sousa Figueiredo Teotonio.

NATALIA ALVES DA SILVA

INOCÊNCIA ROMPIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: o abuso sexual entre si, qual o papel da mídia, Estado e família nesse processo?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação de Serviço Social da UNILEÃO- Centro Universitário Doutor Leão Sampaio como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Me. Márcia de Sousa Figueiredo Teotonio

Data de aprovação ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Prof.^a Me. Márcia de Sousa Figueiredo Teotonio

1º Examinador

Prof.^a Esp. Francisca Helaide Mendonça

2º Examinador

Prof.º Pedro Adjedan David Sousa

Agradeço, primeiramente, a Deus que me dá forças para superar quaisquer obstáculos sempre. A minha orientadora pelas correções e incentivos. Aos meus pais: meu porto seguro me apoiam sempre. E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação. Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho busca compreender como aspectos sociais, políticos e econômicos no contexto da pós-modernidade vêm influenciando a concepção de uma nova cultura que instiga e alimenta uma criança/adolescente abusarem sexualmente uns dos outros, diante da grande necessidade de discussão desse tema, uma vez que não está obtendo a atenção que demanda da sociedade. Apresenta como objetivo geral a discussão sobre o que vem ocasionando a prática do abuso sexual entre crianças e adolescentes, assente em três objetivos específicos: que delinham como os meios de comunicação, a erotização e adultização precoce das crianças e adolescentes e as diferentes formas de educação cotidianas dadas pelas famílias estão assumindo formas de causadores do abuso sexual entre esses indivíduos. Dessa forma, para a sustentação teórica utilizou-se de como principais autores como: Bauman, Yamamoto, Netto, Pastorini, Simionatto e Postman. No tocante a sua construção, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória com uma abordagem qualitativa promovendo uma cobertura ampla das ideias postas. Foi estruturada em três capítulos que remontam desde a construção histórica dos direitos das crianças e adolescentes até os dias de hoje, apontando como diante de muitos avanços ainda carece de evoluções no sentido de fortalecer a prevenção de situações de violação de direitos. Isto posto, concluiu-se que não obstante as conquistas no que concerne a proteção das crianças e adolescentes perante a família, o Estado e a sociedade terem sido expressivas, o contexto atual requer de posições destes perante a necessidade de associar mais a proteção integral à direção da prevenção, como no caso do presente trabalho: trabalhar a prevenção do abuso sexual entre crianças e adolescentes.

Palavras-chaves: abuso sexual; crianças e adolescentes, pós-modernidade.

ABSTRACT

The present work seeks to understand how social, political and economic aspects in the context of postmodernity have influenced the conception of a new culture that instigates and feeds a child / adolescent to sexually abuse one another, given the great need to discuss this theme, a instead it is not getting the attention it demands from society. It presents as a general objective the discussion about what has been causing the practice of sexual abuse among children and adolescents, based on three specific objectives: that outlined how the media, eroticization and early adultification of children and adolescents and different forms of education families are taking on forms of sexual abuse among these individuals. Thus, theoretical support was used as main authors such as: Bauman, Iamamoto, Netto, Pastorini, Simionatto and Postman. In terms of its construction, we used bibliographical, descriptive and exploratory research with a qualitative approach, promoting a broad coverage of the ideas put forward. It was structured in three chapters that go back from the historical construction of the rights of children and adolescents to the present day, pointing out how many advances still need to be made in order to strengthen the prevention of situations of violation of rights. Therefore, it was concluded that despite the achievements in the protection of children and adolescents before the family, the State and society have been expressive, the current context requires their positions before the need to associate more the integral protection to the prevention, as in the case of the present work: work on prevention of sexual abuse among children and adolescents.

Keywords: sexual abuse; children and adolescents, postmodernity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPITULO I: FAMÍLIA E ESTADO ENQUANTO PROTETORES DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	10
1.1 O PAPEL DA FAMÍLIA NA PROTEÇÃO DOS SEUS FILHOS: trajetória histórica.....	10
1.2 EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PERANTE O ESTADO	12
1.3 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A PROTEÇÃO INTEGRAL.....	15
CAPÍTULO II: FUNDAMENTOS DA PÓS-MODERNIDADE COMO CONDICIONANTES PARA O AUMENTO DA ADULTIZAÇÃO E EROTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS	18
2.1 A TRANSIÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA PARA A PÓS-MODERNA: evolução ou utopia?.....	18
2.2 A CULTURA DO CONSUMO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A VIDA DOS JOVENS	21
CAPÍTULO III – O QUE LEVA CRIANÇA/ADOLESCENTE ABUSAREM SEXUALMENTE UNS DOS OUTROS?	28
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO	28
3.2 MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À PORNOGRAFIA E A EROTIZAÇÃO PRECOCE E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O ABUSO SEXUAL.	29
3.3 AS DISTINTAS FORMAS DE EDUCAÇÃO DADAS ÀS CRIANÇAS NO ÂMBITO FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM O ABUSO SEXUAL E O PAPEL DA ESCOLA.....	35
3.4 REPERCUSSÕES DO CONTEXTO PÓS-MODERNO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	48

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre as causas do abuso sexual entre crianças e adolescentes, sendo composto por três capítulos. O primeiro aborda a trajetória história dos direitos das crianças e adolescente, enfatizando sua evolução perante a família e o Estado; o segundo disserta sobre alguns fundamentos da pós-modernidade e sua influência para o aumento da adultização e erotização precoce das crianças e adolescentes; o terceiro trata dos elementos que vem ocasionando o abuso sexual entre crianças e adolescentes, apresentando-se como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

É notório que no desenrolar-se da história houve uma evolução na maneira de tratar crianças e adolescentes transitando de meros objetos de proteção dada pelos pais à condição de sujeito de direitos, onde se deu com a adoção da Doutrina da Proteção Integral, resultante tanto do Estatuto da Criança e do Adolescente como da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual possui como um dos seus princípios a dignidade da pessoa humana, dando destaque a crianças e adolescentes, os quais são reconhecidos hoje como centro autônomo de direitos e valores cruciais a realização plena de sua condição como pessoa humana e em constante desenvolvimento.

Nesse sentido, foram muitos os direitos e as garantias trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, responsável por regulamentar tais direitos abrange matérias de diversas áreas jurídicas, contudo analisar-se-á aqui a proteção integral mais além, não somente enquanto norma - onde a criança supostamente já tenha sofrido alguma violação de direitos - mas também a falta de práticas cotidianas de cuidado com as crianças e jovens – frutos do descaso do Estado e da própria família.

Nesse seguimento, a concepção dessa pesquisa se faz imprescindível diante da necessidade de discussão desse assunto, possuindo como cerne a identificação das causas desse problema de pesquisa: O que tem levado crianças e adolescentes abusarem sexualmente uns dos outros?

Sua relevância importa na dificuldade encontrada para realizar pesquisas e lograr maiores informações técnicas acadêmicas sobre o assunto, como exemplo, para a própria produção do projeto de pesquisa foram encontradas poucas referências sobre esse tipo de abuso, sendo o abuso sexual praticado por adultos o que possui maior número de literatura disponível. Portanto, se faz preciso para ampliar o leque de revisão teórica que assiste os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes que são vítimas desse modelo de abuso. Ademais, essa discussão visa contribuir para a Universidade, implicando a emergência

de conhecimento na área do Serviço Social sobre o assunto abordado e ampliando o acervo literário, configurando-se como base para os demais acadêmicos que possuam interesse nessa temática, fazendo uso para aperfeiçoar conhecimentos e para futuras pesquisas em relação à temática.

Enquanto a sua importância social, busca informar pais, professores, autoridades sobre a necessidade de discussão desse tema, uma vez que esse assunto não está dispondo da preocupação que é necessária por parte destes, porém, sem querer eliminar responsabilidades, isso é algo que deve ser lidado em primeiro momento no seio familiar, uma vez que a mesma se constitui como a primeira instituição social da qual temos contato. Assim como, é de extrema relevância pessoal fomentar a discussão desse assunto tão pertinente e que está sendo visualizado muito no dia a dia, – visando a conscientização para futuras mudanças – que exige da sociedade como um todo uma postura com vistas a erradicar ou atenuar os motivantes da perda paulatina da infância e inocência das crianças, visando a construção de fato de uma proteção, esta, voltada para a prevenção de violação de direitos.

As causas do abuso sexual contra crianças e adolescentes são diversas, onde não é demasiado associá-las a questões econômicas, sociais e culturais, percebendo que existem contextos que o problema pode ser aprofundado ou ter tolhido seu enfrentamento.

O abuso sexual configura-se quando alguém de mais idade, buscando sentir prazer sexual faz uso do corpo de uma criança ou adolescente, usando de artimanhas como sedução, oferecendo algo em troca da prática do ato sexual, ou até mesmo usando da violência, tal cenário consolida a violação de direitos.

Contudo, trataremos de um tipo de abuso sexual ocorrido entre menores de idade, ocupando tanto na posição passiva quanto ativa uma criança ou adolescente, o qual se configura como um tipo de violência desconhecido ou observado com pouca frequência pela população.

Nessa perspectiva, objetivamos discutir sobre os condicionantes do abuso sexual entre crianças e adolescentes, enfatizando a falta de cuidados cotidianos relacionada com os seguintes pontos: meios de comunicação como instrumento facilitador do acesso de crianças e adolescentes à pornografia, e a erotização e adultização precoce e sua influência sobre o abuso sexual; as consequências nessa relação das distintas formas de educação dadas pelas famílias às crianças no âmbito familiar nesse contexto contemporâneo que vivemos, enfatizando em suas entrelinhas as consequências que esse fenômeno pode trazer à vida desses indivíduos, e o reflexo dessa problemática para o Serviço social, como uma demanda resultante da nova fase do capitalismo, posta como uma demanda que exige posicionado crítico e inovador, assim

como, a importância da educação e da escola nessa busca de defender a pureza, a infância e os direitos das crianças e adolescentes, configurando-se, assim, nossos objetivos específicos. Tais curiosidades foram originadas a partir de experiências do próprio dia a dia, de discussões em sala de aula e de experiências vividas no campo de estágio supervisionado: CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Utilizamos como principais suportes teóricos para melhor fundamentar a pesquisa: Bauman, que é um dos maiores e renomados pensadores da pós-modernidade, Postman que fala muito sobre o impacto gerado pelos meios de comunicação no desaparecimento da infância, Yamamoto, Simionatto e Netto, os quais apontam sobre o rebatimento desse contexto contemporâneo no fazer profissional dos assistentes sociais. A pesquisa foi estruturada com uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, descritiva e exploratória, sendo essa forma visualizada como a que mais se adequava aos objetivos da proposta da pesquisa, utilizando como base livros, teses, artigos e sites.

Nesse viés, a discussão que far-se-á a seguir, propõe-se elucidar como novos aspectos sociais, econômicos e culturais na atual conjuntura da era pós-moderna estão estimulando a prática sexual precoce por parte das crianças e adolescentes; suas derivadas consequências para o processo de desenvolvimento saudável da vida desses indivíduos, ressaltando a carência, apesar do grande avanço que demos no que tange a constituição de direitos desses indivíduos, da legislação que abrange esse público de relacionar a proteção integral a práticas de prevenção. Contexto este reafirmado pela omissão do Estado e da própria família.

CAPITULO I: FAMÍLIA E ESTADO ENQUANTO PROTETORES DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A história dos direitos das crianças e adolescentes está marcada por diversas conquistas e avanços, no entanto, necessita de inovações no tocante a legislação ainda nos dias de hoje. Estes até o século XX, não possuíam direitos, eram comparados a adultos, a infância era inexistente, só após determinado século receberam uma atenção especial do Estado, da família e da sociedade como um todo. Entretanto, apesar dos avanços alcançados, como o marco da proteção integral, existe o paradigma das intervenções estarem voltadas para situações em que já houve a violação de direitos, dessa forma, buscamos a proteção para além disto, tanto por parte do Estado como da família, voltada para a prevenção.

1.1 O PAPEL DA FAMÍLIA NA PROTEÇÃO DOS SEUS FILHOS: trajetória histórica

A infância fase muito essencial na vida de uma pessoa, a qual deve ser imprescindivelmente desfrutada pela criança e respeitada por todos foi negada e ignorada durante bastante tempo. Levando-nos a apreender que a concepção de infância é uma noção historicamente construída e que ainda é moldada nos dias de hoje.

Ariés em seu estudo sobre a infância – utilizando pinturas da época como fonte de sua pesquisa – titulado *Historia Social da Criança e da Família*, afirma que:

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. (ARIÉS, 1978, P. 17)

As pinturas e as esculturas retratavam desconhecimento total sobre criança, estas representavam a criança na imagem de um adulto em escala reduzida, pessoas musculosas, com físico de adulto, possuindo apenas a estatura como diferença. Entretanto, a partir do século XVII há evolução nos sentimentos quanto à infância. Gradativamente a sociedade foi entendendo que a criança não poderia ser tratada igual um adulto.

Ao estudarmos a trajetória histórica da criança e adolescente no Brasil podemos perceber que é notada por diversas dificuldades e privações. Estes indivíduos encaravam múltiplos problemas, como: maus tratos, fome, abusos sexuais, mortalidade infantil, miséria,

trabalho escravo, suscitados por negligência da família, do Estado e da sociedade como um todo. (FARIA; HENICK, 2015)

No período do Brasil colônia não havia proteção alguma para as crianças e adolescentes. “Meninas portuguesas, órfãs, eram trazidas nos navios, sendo submetidas à violência sexual e abandono nos casos de naufrágio. E se chegassem ao destino se casariam com os súditos da Coroa residentes no Brasil”. (OLIVEIRA, 2017, p.7)

Segundo Cardoso (2016), a datar da colonização a família patriarcal configurou-se como modelo tradicional do Brasil colônia. Composta por pai, mãe, filhos, escravos e agregados, onde a vontade do pai sempre prevalecia, sendo visto como senhor absoluto, a quem todos deviam obediência e servidão. Nessa perspectiva:

Base desse sistema, o modelo de família patriarcal decorreu da transposição, para os trópicos brasileiros, de padrões culturais portugueses. Impondo seu domínio na Colônia, subjugando os indígenas e, mais tarde, importando escravos negros, os portugueses foram destruindo formas familiares próprias desses grupos. (AZEVEDO; GUERRA, 2011 p. 74)

Não havia intervenção do Estado na forma do pai educar seus filhos, sua autoridade para com estes era praticamente plena, tanto em relação aos filhos como à mulher, possuindo até o direito de decidir sobre a vida do filho: se viveria ou não. Ademais, no tocante as crianças negras, escravizadas as punições eram ainda mais severas, sofria castigos como chicotes, palmatórias, chegando a suportar estupro e extermínio. (CARDOSO, 2016).

Referente à violência contra adolescentes e crianças, Algeri e Souza (p. 02, 2006) afirmam que a soberania masculina perpetua-se através das relações sociais, principalmente as familiares: “Os exemplos de violência praticados contra a infância estão presentes na História, na Mitologia, na Antropologia e nos Processos Religiosos” (GONÇALVES; SANITÁ; TOKUDA, 2017, p.6)

Com o intuito de conservar essa autoridade, era inexistente a ilicitude do comportamento do pai quando na aplicação do castigo o filho falecesse ou sofresse alguma lesão, uma vez que era garantido ao pai o direito de castigar o filho como meio de educa-lo. (JÚNIOR, 2017)

A duração da infância era reduzida ao período mais frágil, ou seja, enquanto a criança não podia cuidar de si própria. Dessa maneira, a partir dos sete anos de idade era inserida na vida adulta visando sua utilidade na economia familiar.

Portanto, enquanto a Europa já adotava práticas preocupadas com a vida das crianças, o Brasil vivia esse desalinho, com ações já abolidas por aquele continente, como o infanticídio.

Contudo, fomentada pelas transformações ocorridas no século XIX, a relação dos pais e seus filhos começam a receber novas formas, porém, é somente no Brasil República que a autoridade da figura paterna passa a colidir com os interesses do Estado, onde a criança passa a ocupar outra posição perante a família e o Estado. Como afirmam Guerra; Azevedo:

As transformações ocorridas no século XIX com o advento da urbanização, o início da industrialização, a abolição da escravidão e a imigração provocam, segundo Antônio Candido, outro autor Clássico da literatura, a passagem da família extensa para o modelo conjugal, com privilégio das funções afetivas. Perdendo as funções econômicas e políticas que detinha nos primeiros tempos coloniais, a família passa a se concentrar em suas atribuições específicas de procriação e disciplina do impulso sexual. A ampliação e diversificação das oportunidades de trabalho, já no final do século, a valorização da capacidade intelectual e da instrução libertam os filhos da rígida tutela do patriarca. [...] Entre pais e filhos começa a haver maior intimidade, ao mesmo tempo que diminui a prática de infringir aos filhos castigos corporais. (GUERRA, AZEVEDO, 2011, p.76)

A partir do século XX, apresentaram-se grandes avanços no pensamento científico e filosófico, possuindo como marco essencial os estudos de Freud, o qual apontou a importância da infância, ressaltando que muitas neuroses eram provenientes de traumas ocorridos na infância. As conquistas foram imensas desde a idade média até os dias atuais, a criança saiu do anonimato e transformou-se no centro da vida dos seus pais, os quais emocionalmente mais sensíveis às necessidades das crianças assumem a responsabilidade de criar e educar os filhos. (Portal Educação, 2013)

1.2 EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PERANTE O ESTADO

Diante dos avanços elencados até o contexto do Brasil República, ainda assim se fazia necessário buscar mais progresso em relação aos direitos das crianças e adolescentes, uma vez que as punições como modo educativo continuavam a ser aplicadas com grande intensidade.

No Código Penal Brasileiro de 1890, não existia nenhuma menção em relação aos “excessos de disciplina” contra as crianças. Foi somente no Código de Menores (1927) que esta veio ser incluída, entretanto, devido a brechas na legislação, os “castigos moderados” ainda continuavam. Quando esse modo de disciplinar os filhos extrapolava – os chamados castigos imoderados – só eram descobertos quando acarretava em consequências que envolvia invalidez permanente e morte. (CARDOSO, 2016)

Segundo José Júnior (2017), em 1940, no Governo de Getúlio Vargas foi criado o Departamento Nacional da Criança, objetivando a coordenação das atividades voltadas a

infância. Em seguida, em 1941, originou-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), com vistas a recuperar e reintegrar o menor, ajustando-os ao comportamento colocado pelo Estado. Para tal fim retiravam as crianças e adolescentes das ruas visando coloca-los em regime de internato.

Todavia, após receber desaprovações relacionadas à sua postura, devido ao não cumprimento do seu propósito o SAM foi extinto.

No entanto na década de 60 o SAM passou por severas críticas, não cumpria mais com seu objetivo inicial, desvia-se da finalidade de recuperação desses menores, passando estes a receber um tratamento extremamente violento e repressivo. Nessas instituições começaram a surgir problemas que motivaram sua extinção, como: superlotação, ensino precário, incapacidade de recuperação dos internos, entre outros. A promiscuidade, a violência, o tratamento desumano, a atuação repressiva dos “monitores”, as grades e muros altos, o distanciamento da população através da organização interna das instituições garantiam a arbitrariedade e o desconhecimento por parte da população do que acontecia “intramuros.”(JÚNIOR, 2017, pp. 61-74)

De acordo com Cardoso (2016), no período da Ditadura Militar, não existia preocupação por parte do Estado em analisar as práticas de educação doméstica, uma vez que a família era considerada como um espaço de amparo da sociedade. Dessarte, o Código de Menores de 1979 não concedia nenhuma abordagem peculiar às vítimas de violência doméstica, sendo estas – que eram vítimas – internadas juntas com as que praticavam delitos, diante do argumento que eram menores em situação irregular. Além disto, tal referido código trazia a ideia de criminalização da pobreza.

Não é leviano afirmar que tal posicionamento do Estado era rude, em adotar esta postura diante de crianças e adolescentes que eram abandonados, visto que dentre as situações que se enquadravam nesse quesito, estavam os: “h - fosse vítima de maus tratos físicos ou castigos imoderados; i - fosse privado habitualmente dos alimentos; j - fosse privado dos cuidados indispensáveis à saúde”. (Código de Menores de 1927) Como se a internação e segregação nesses casos fossem solução. Reafirmando no Código de Menores de 1979: a - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de, por exemplo, omissão ou impossibilidade dos pais ou responsável; b - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável.

Logo mais, o Governo aspirando criar uma política para atender os direitos das crianças e adolescentes criou a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), estabelecida pela PNBEM – Política Nacional de Bem-Estar do Menor. Esta contemplava uma política pedagógica e assistencialista, porém, se materializava como mais um mecanismo

de controle do Estado. Com um discurso assistencialista, estas instituições – a FUNABEM já citada e a nível estadual as FEBEMs (Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor) – seguiam adiante com práticas violentas e humilhantes para com os menores.

O abuso sexual, o tratamento humilhante, os milhares de relatos de situações de extrema violência evidenciam que a PNBEM, embora tivesse um discurso mais assistencial, escondia uma prática inaceitável. As denúncias na imprensa, livros, documentários, grupos de defesa do menor geraram uma mobilização social que se contrapunha a essa prática e exigia mudanças radicais. (JÚNIOR, 2017, pp. 61-74)

Em referência a isto, em 1990, foi extinta a FUNABEM – substituída pelo CBIA (Centro Brasileiro para Infância e Adolescência) – devido aos mesmos motivos pelos quais levaram a extinção do SAM.

Isto posto, no início da década de 80 começaram a surgir debates em torno dessa conjuntura, surgindo movimentos sociais, e toda uma reivindicação por iniciativa da sociedade, resultando em espaços com a finalidade de denunciar e remeter os casos de violência contra as crianças empreendidas por pais e responsáveis. Deste cenário sucedeu uma intensa mudança no tratamento das crianças e adolescentes, a partir da conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual entrou em vigor em 12 de outubro de 1990.

A cidadania da criança e adolescente foi incorporada na agenda dos atores políticos e nos discursos oficiais muito recentemente, em função da luta dos movimentos sociais no bojo da elaboração da constituição de 1988. Na cultura e estratégias de poder predominantes, a questão da infância não se tem colocado na perspectiva de uma sociedade e de um estado de direitos, mas na perspectiva do autoritarismo/clientelismo, combinando benefícios com repressão, concessões limitadas, pessoais e arbitrárias, com disciplinamento, manutenção de ordem ao sabor das correlações de forças sociais ao nível da sociedade do governo. (FALEIROS, 1996 apud GARCIA, 2009, p.16)

Portanto, no Brasil, o avanço democrático posto pela Constituição Federal de 1988, – as outras Constituições que o país teve não faziam ou faziam pouca menção a direitos para esses indivíduos – trouxe mudanças significativas voltadas para crianças e adolescentes, promovendo a difusão dos direitos sociais que passa a declará-los como sujeitos de direitos. Ademais, é importante salientar que essa visão voltada para esse público foi oriunda das Convenções aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, entretanto, no Brasil só foi consolidada pela Constituição Federal de 1988.

Pela primeira vez na história da legislação brasileira as crianças e adolescentes foram merecedores de proteção realmente de fato – superando a doutrina da situação irregular, designada pela não diferenciação no tratamento dado aos abandonados e delinquentes – a qual está posta no artigo 227º da Constituição Federal de 1988:

Art. 227º: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar á criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a

educação, ao lazer, á profissionalização, á cultura, á dignidade, ao respeito, á liberdade e á convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1998).

Nesse sentido, o dever de garanti-la é de responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, sendo esta assegurada a todas as crianças e adolescentes independentemente de sua condição socioeconômica, proibida qualquer discriminação. Para mais, outro avanço seria dado à designação perante a lei, transitando de “menor” – objeto da lei – para criança e adolescente – sujeitos de direitos.

1.3 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A PROTEÇÃO INTEGRAL

Para regulamentar o citado artigo 227 e o 204 da Constituição Federal – da qual resultou embasamentos sociojurídicos para reformular a legislação acerca de crianças e adolescentes no Brasil – surgiu o ECA, que segundo Guimarães (2014) apud Oliveira; Silveira, 2015, p.11) possui como base:

[...] a proteção integral à criança e ao adolescente, sem discriminação de qualquer tipo. As crianças e os adolescentes são vistos como sujeitos de direitos e pessoas com condições peculiares de desenvolvimento. Esse é um dos polos para o atendimento destes indivíduos na sociedade. O ECA é um mecanismo de direito e proteção da infância e da adolescência, o qual prevê sanções e medidas de coerção àqueles que descumprirem a legislação. (Guimarães, 2014 apud Oliveira; Silveira, 2015, p.11)

No tocante ao artigo 204, determina-se que:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1998).

Portanto, o ECA passa a atuar como “instrumento central de proteção dos interesses da criança e do adolescente frente ao que recepiona os princípios constitucionais da

dignidade da pessoa humana e prioridade absoluta”. (Schimidt, 2013 apud Oliveira; Silveira, 2015, p.11).

A Doutrina da Proteção Integral é respaldada jurídica e socialmente pela Convenção Internacional sobre Direitos da Criança, de comum acordo com a ordem jurídica internacional, por meio da Organização das Nações Unidas, com regulamentação dedicada à população infanto-juvenil. (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015).

Contudo, é notório que o Brasil está inserido no contexto mundial hegemônico do neoliberalismo, caracterizado pela doutrina do Estado mínimo e da ideologia capitalista – ainda que travestida de pseudo-desenvolvimentismo – promove cada vez mais serviços precários. Dessa forma, é visto que possui embates – como em qualquer outra garantia de direito – ao falar de Estado mínimo e a proteção integral. (OZAWA; MACIEL, 2008)

Apesar do conjunto de normas de proteção à infância ter amadurecido e passado por várias mudanças ao passar dos anos, promovendo avanços consideráveis e conseqüentemente, tendo principiado, por um lado, uma ampla evolução na legislação brasileira, por outro, o poder público deixa muito a desejar na objetivação da lei. (BARICHIVICH, 2016)

Em seu artigo 98, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz o suporte para constatar uma situação de risco pessoal ou social de crianças e adolescentes:

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta. (BRASIL, 1990).

É corrente que a proteção é essencial para o pleno desenvolvimento humano e social das crianças e adolescentes, entretanto, sua materialização nem sempre é possível, uma vez que na maioria das vezes os próprios adultos, os quais têm o papel de proteger esses indivíduos são os violadores dos direitos, são quem machuca.

Segundo Alves¹ (2016), “Há uma brutal diferença entre a Lei e a prática. A prioridade absoluta ainda é uma ficção e a proteção integral é muitas vezes inexistente”. Este ainda enfatiza que é fundamental uma maior atuação do Estado como de toda a sociedade, sobretudo, através da alocação de recursos que priorizem a área social e a cidadania.

¹ Presidente da Comissão de Infância e Juventude da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Bernardo do Campo, São Paulo.

Ações de erradicação do trabalho infantil, implementação de medidas socioeducativas e programas de oportunidades e inclusão para as famílias, além do atendimento às vítimas de abuso e exploração sexual, necessitam de verba para se concretizarem. (ALVES, 2016 apud BARICHIVICH, 2016, n.p)

É pertinente aludir que a proteção especial de crianças e adolescentes não se constitua como uma política específica, mas como um foco das várias políticas sociais. (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015)

Não obstante o ECA engendrar a substituição do “Código do Menor”, o qual vigorou por mais de sete décadas no país, e ter incrementado novos olhares em relação à criança e ao adolescente, pode-se perceber que o seu grande desafio é sua implementação efetiva no que tange aos direitos que o mesmo já traz em seu texto, entretanto, voltando para um dos reais objetivos deste trabalho indagamos a questão do papel do estado na prevenção de abusos sexuais contra as crianças e adolescente, uma vez que a proteção integral está mais relacionada a situações em que já houve a violação de direitos. Por esse ângulo, afirma Libardi:

Atualmente, no Brasil, a ideia de que crianças devem ser especialmente protegidas é garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990a), que formaliza uma definição de proteção ainda muito associada aos contextos de adversidade, onde ‘a criança já está sofrendo alguma violação de direitos’ e, por isso, Estado ou família são responsabilizados a prestar diversos tipos de assistência para retirar a criança de contextos ou práticas que lhe causem algum dano ou lhe imponham riscos. Apesar do documento refletir a doutrina de proteção integral (Arantes, 2009) e ter sido uma conquista importante da sociedade brasileira, o texto (Brasil, 1990a) traz a proteção enquanto medidas que devem ser aplicadas em situações onde a criança, por exemplo, está desprovida do convívio familiar, ou passa por maus tratos, ou está exposta ao trabalho, ou, ainda, quando ela é autora de ato infracional. Essa definição de proteção reflete a história do trato público dado à infância no Brasil e dos serviços aqui criados para atender a criança (Kramer, 1982; Pinheiro, 2006; Castro, 2012), por isso a proteção, enquanto uma normativa para as famílias e para o Estado, parece ser evocada apenas como algo que deve acontecer em situações “de exceção”. (LIBARDI, 2016, p.52)

A autora aponta para a insuficiência da cobertura da proteção integral, visualiza a questão da prevenção como essencial para a real proteção da infância e juventude. Nessa perspectiva, afirmam Oliveira; Silveira “Prevenir é mais indicado que arcar com gastos, consequências, perdas, custos e dor de famílias/familiares. Deve-se, dessa forma, investir na proteção”. (2015, p.19)

Perante este cenário, as políticas públicas devem trabalhar na questão de assegurar direitos e não deixar para agir apenas quando tais direitos são violados.

[...] não se trata de atender exclusivamente às situações de violação de direitos, mas de promover uma atuação proativa do Poder Público na estruturação de uma rede de serviços que assegure a atenção a todos os direitos estabelecidos na Constituição e no ECA. Os municípios têm importante papel na criação desses serviços de

educação, saúde e assistência social, uma vez que devem ser oferecidos próximos à moradia das crianças, dos adolescentes e de suas famílias. (Assis et al, 2009 apud Oliveira; Silveira, 2015, p.20)

Pode-se citar, como exemplo, a não existência de ações voltadas para a Educação Sexual das crianças e adolescentes partindo do Estado. Portanto, o debate que se delineará no próximo capítulo versará sobre as causas do abuso sexual entre crianças e adolescentes, ou seja, onde estes ocupam tanto a posição ativa quanto passiva do ato, destacando o papel do Estado e da família no tocante a proteção dos filhos e prevenção dessa conduta.

CAPÍTULO II: FUNDAMENTOS DA PÓS-MODERNIDADE COMO CONDICIONANTES PARA O AUMENTO DA ADULTIZAÇÃO E EROTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS

A discussão que far-se-á a seguir versa sobre a transição da modernidade para a pós-modernidade, pontuando seus fundamentos, princípios e implicações perante a cultura da atual conjuntura e sua repercussão no processo de desenvolvimento das crianças, alimentando a composição de uma sociedade de crianças extremamente adultizadas² e erotizadas precocemente.

2.3 A TRANSIÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA PARA A PÓS-MODERNA: evolução ou utopia?

De acordo com Galdino (2017), a modernidade era um projeto de sociedade que surgiu em crítica ao tradicionalismo, à sociedade do antigo regime, em que as formas de ver e explicar o mundo eram pautadas na fé e na religião. Assim, nesse novo contexto, abandona-se essa concepção dogmática e restrita de ver o mundo passando a adotar o primado da razão, na capacidade do homem em formular suas próprias teorias, dessa forma, passou a prevalecer a racionalidade, movimento intelectual este chamado de iluminismo.

Para consolidação do projeto da modernidade, é importante citar a revolução industrial inglesa – assim ao pensar em modernidade estaremos pensando em sociedade capitalista – e a revolução política francesa, da qual derivou as bandeiras de igualdade,

² Adultizar é incentivar a inserção extrema da criança em contextos não relacionados à infância, e sim, ao mundo adulto.

liberdade e fraternidade, como proposta para todo o mundo. Entretanto, a sociedade começa a se revoltar, dado que as bandeiras defendidas pela burguesia não foram cumpridas para todos, apenas para esta, assim, a classe trabalhadora começa a fazer uma série de protestos. Nesse sentido, afirma simionatto:

A crise das ideologias, o proclamado fim das utopias, devido ao colapso do socialismo real nos países do Leste Europeu, e o questionamento dos paradigmas teóricos, políticos e históricos colocaram em debate o projeto da modernidade. Além disso, as grandes promessas da era moderna, como a elevação da humanidade a estágios superiores de vida e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, não haviam se concretizado. (SIMIONATTO, 2009, p.91)

Na década de 70, quando acontece a derrocada do modo de produção do fordismo/keynesianismo, – padrão rígido de produção em massa para consumo em massa – teóricos defendem que paralelamente a própria modernidade entra em crise, sendo substituído pelo modelo de produção do toyotismo, o qual é voltado para uma produção mais flexível, por demanda. Assim, quando se muda a forma de produção se muda a forma de pensamento, regulação social, reprodução social e ideologia. (GALDINO, 2017)

Destarte, vários autores afirmam que através dessa mudança se emerge a possibilidade da chamada corrente de pensamento pós-moderno, pois há uma flexibilização da produção e essa acarreta em mudanças em outros campos da vida social. Segundo David Harvey (1992), a acumulação flexível característica desse modo de produção passa a dialogar com o neoliberalismo, reestruturação produtiva e com o individualismo e dão suporte histórico para se pensar a pós-modernidade.

De acordo com Harvey (1992), citado por Galdino (2017), a pós-modernidade é a lógica cultural do capitalismo tardio, o qual aprofundou as formas de alienação, fetichização e reificação da vida humana, não é um novo período e sim um aprofundamento das contradições do capitalismo.

Pós-modernidade significa a falência das meta-narrativas, as quais eram voltadas para explicações sobre o mundo, sobre o futuro, ou seja, sobre a vida, onde podemos citar entre as mais influentes o marxismo e o cristianismo como as religiões em geral; o iluminismo com o sonho da sociedade racional, onde a pós-modernidade nega esse caminho indicado por estas, um projeto utópico; valorizando o presente, o imediato, a ideia do sujeito ser o dono de sua liberdade. Surgindo um indivíduo que discorda, que considera seu pensamento autossuficiente. Porém, nesse quesito Bauman faz uma crítica ao falar que esta liberdade não se materializa como tal, pois há nela uma relação de poder, onde conseqüentemente, o sujeito não age de acordo com sua vontade. (SIQUEIRA, 2014)

Compra não só para sobreviver, mas para encontrar a felicidade. E aqueles que não possuem condições de comprar essa felicidade, os miseráveis, nesse sentido são excluídos, não possuem liberdade nenhuma. Somente os economicamente ativos podem comprar a liberdade ilusória e felicidade efêmera. (LEITE, 2017)

Nessa mesma lógica citamos Karl Marx, em O Capital, o qual aponta para a morte da liberdade, pois não tem lugar nesse mundo em que o homem é escravo da produção de valores de troca.

O sociólogo Zygmunt Bauman – um dos principais pensadores que analisa a sociedade contemporânea – para se referir a pós-modernidade usa o termo modernidade líquida, ambos de significados correlatos, entretanto justifica essa substituição em seus últimos trabalhos por constantemente ter sido confundido como pós-modernista, e por defender que não é um novo período e sim a continuação do capitalismo só que de forma mais voraz que em outras épocas. Enfim, a partir de sua análise e interpretação da realidade chegou à conclusão que com o novo aspecto que a sociedade tomou transitando de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores -- porém, não visa afirmar que produção esgotou – o reconhecimento social acontece a partir das via do consumo, onde os indivíduos passam a ser os únicos responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso.

Modernidade líquida porque líquido lembra além do frágil, remetendo-se a vida que é construída, baseada em incertezas e insegurança. A liquidez não vem de uma escolha, vem das novas formas que as relações em geral estão tomando. A partir das suas obras: medo líquido, vida líquida, amor líquido, tempos líquidos, a arte da vida, vai afirmar que, atualmente, os relacionamentos estão frágeis, com pouca durabilidade, devido prevalecer o consumo de grande quantidade de parceiros, relações muito fáceis de conectar e desconectar-se das pessoas; o sexo busca agora a satisfação individual sem nenhuma responsabilidade ou ligação pra com o outro; o mundo do trabalho com a queda dos direitos trabalhistas, rotatividade de empregos, trabalho informal. Enfim, época de uma verdadeira instabilidade. (SIQUEIRA, 2013)

É indispensável fomentar o peso dos meios de comunicação nessa relação, não obstante com sua vasta expansão a partir do processo de globalização, terem proporcionado a facilidade de contato entre diversos povos e culturas também contribuem para ampliar o poder dos grupos manipuladores de informações, implicando no alargamento das formas de alienação através da configuração de valores totalitários. Estes e a publicidade têm provocado a mundialização de produtos a comercialização de mercadorias, promovendo na sociedade

outra forma de sociabilidade por meio da produção de referências culturais estruturadas pela cultura do consumismo.

Essa modelada ideologia consumista estimula a propagação de novos estilos de vida que passam a banalizar valores.

Em torno da ideologia consumista, formam-se e disseminam-se novos estilos de vida, que vão desde a incorporação de hábitos de lazer, arte, música, cultura, moda, alimentação, até desejos, valores e virtudes. Ganha espaço a “sociedade do descarte”, do efêmero, do passageiro. Ao mesmo tempo que se jogam fora pratos, talheres e guardanapos, junto a eles descartam-se “valores, estilos de vida, relacionamentos, modos de ser e de agir”. (SIMIONATTO, 2009, p.95)

É perceptível que a classe hegemônica impõe atuais padrões de domínio econômico que são “fundamentais” para manutenção e expansão do capital, os quais instituem a necessidade de novos valores e formas de comportamento e que implicam consequências nocivas à população, a qual não percebe essa realidade pela sua condição de alienada, onde esta se configura através dos aparelhos de hegemonia³.

Todo esse cenário deriva da grande busca pela concentração de renda, sem se importar com os meios aos quais levam a ela, com suas consequências e a quem vai prejudicar. Nesse sentido afirma Yamamoto, “a linguagem de exaltação do mercado e do consumo, que se presencia na mídia e no governo, corre paralela ao processo de crescente concentração de renda, de capital e de poder”. (IAMAMOTO, 2007, P.18)

Por esse ângulo, de acordo com Pastorini (2004), não obstante as mudanças ocorridas nesse diferente estágio do capitalismo a questão social ainda permanece viva e tal cenário configura novas expressões desta, a sua processualidade é uma relação que se reformula, uma vez que se trata de uma questão estrutural, pois adquire novas configurações e expressões em conformidade com a conjuntura atual.

2.1 A CULTURA DO CONSUMO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A VIDA DOS JOVENS

Em sua obra a cultura no mundo líquido moderno, Bauman (2013) faz uma discussão sobre as variadas mutações históricas do conceito de cultura, a partir de vários autores, enfatizando as influências postas sobre esta em diversos contextos. Ao mencionar os tempos atuais, destaca que “a cultura consiste em ofertas, e não em proibições; em proposições, não em normas.” (p.12)

³ Aparelhos de hegemonia são práticas intelectuais e organizações no interior do Estado ou fora dele, os meios de comunicação de massa (livros, jornais, escolas, música, teatro, etc.)

Como Bourdieu observou, a cultura agora está engajada em fixar tentações e estabelecer estímulos, em atrair e seduzir, não em produzir uma regulação normativa; nas relações públicas e não na supervisão policial; em produzir, semear e plantar novos desejos e necessidades, não no cumprimento do dever. (BAUMAN, 2013, P.12)

Diferente de outros tempos em que a cultura buscava a conservação do estado atual, hoje, a sua gradual transformação é instigada pelas mesmas forças que impulsionam a libertação dos mercados, ou seja, a cultura trabalha no sentido de atenuar as limitações sociais, políticas e étnicas do mercado.

Já que é impossível saber de antemão qual dos bens ou serviços oferecidos se revelará tentador o bastante para despertar o desejo dos consumidores, a única forma de separar realidade e pensamento positivo é multiplicar as tentativas e cometer equívocos caríssimos. Um suprimento ininterrupto de ofertas sempre novas é imperativo para a crescente circulação de produtos, com um intervalo reduzido entre aquisição e alienação; as ofertas são acompanhadas pela substituição por produtos “novos e melhores”. (BAUMAN, 2013, p.14)

A cultura da modernidade líquida objetiva a sedução, a criação de novas necessidades, fazendo permanecer a insatisfação total perante objetos, uma vez que dessa forma deixa espaço para fantasias novas a todo instante, assim não há como pensar em pós-modernidade sem pensar no capitalismo.

Segundo Bauman apud Siqueira, a sociedade pós-moderna não têm mais referências tudo passa a ser processado por um projeto individual. As referências como a classe, a religião, a família, a ideologia política, todos foram abalados pela forte tendência ao consumo, pela mutação das relações sociais em mercadoria.

Sob a ótica de Bauman, na modernidade, o sujeito era considerado estranho quando não se encaixava nos diferentes projetos de sociedade, como o judeu no nazismo, na modernidade líquida, estes passaram a ser os que não tem como inserir-se na sociedade do consumo⁴.

Assim, pode-se perceber que estamos sozinhos na busca de construir nossa identidade e saber viver em uma sociedade muito individualista e competitiva, onde exalta a busca da felicidade – a qual está diretamente relacionada a conquistas materiais – como meta de vida única compensatória.

⁴ Leandro Karnal, historiador brasileiro, em um vídeo na internet discute sobre pensamento de Bauman; afirma que este sociólogo interpreta que hoje em dia foram substituídos os campos de concentração pelos shoppings centers, este diz “quem pode, quem não pode, quem tem cesso, quem não tem, quem é feliz, quem não é, quem esta fora da cadeia de consumo perde a própria humanidade. A redenção é dada pela aquisição de bens, o não consumidor é o não ser. Nessa sociedade quem não atrapalha a liberdade consumidora não são vistos como um perigo. O modo de descartar as pessoas não é mais fuzilando, mas sim, isolados através da posição de não consumidor”.

É visto que toda essa demanda imposta por mercadoria como instrumento de satisfação das variadas necessidades que tem o ser humano, não irá substituir a essencialidade de relações humanas de qualidades na vida dos indivíduos, acarretando em sociedade com altos índices de depressão, transtornos bipolares e síndrome do pânico. (SIQUEIRA, 2014)

Portanto, as metamorfoses políticas, econômicas, sociais e culturais percebidas no contexto da pós-modernidade, somadas a facilidade de acesso a informações do mundo adulto pelas crianças, vêm afetando as vivências infantis, como pode-se citar, em relação à sua imagem, que aos poucos, vem transitando de imagem de ingenuidade e pureza para outras de caráter intensamente erotizado. (FELIPE, GUIZZO, 2003)

Estamos em tempos que a lógica do mercado está dando importância cada vez mais ao público infantil, tornando-se entre um dos mais lesados nessa sociedade de consumo desenfreado. Não capazes de fazer julgamentos críticos, serem ingênuos nesse ponto, os meios de comunicação usam dessa fragilidade como instrumento de alcance para obter maiores lucros, acarretando na inserção precoce desse público no mundo adulto, não se atentando para fatos que podem afetar o seu desenvolvimento como pessoa. (SANTOS, 2010)

Postman⁵ associa a configuração do entendimento de infância à invenção da prensa tipográfica ao visualizar que foi um evento de capital importância para a alteração de costumes na cultura ocidental e o seu desaparecimento condicionado por diversos determinantes, desta mesma importância, entretanto, chama atenção para os meios de comunicação, em especial a televisão e o computador, os quais promovem a sua desmontagem:

A televisão oferece uma alternativa bastante primitiva, mas irresistível à lógica linear e sequencial da palavra impressa e tende a tornar irrelevantes os rigores de uma educação letrada. Não há á-bê-cê para imagens. Ao aprendermos a interpretar o significado das imagens, não precisamos de aulas de gramática ou ortografia ou de lógica ou vocabulário. Não precisamos de análogo do Leitor de McGuffey, nem de preparação, nem de treinamento prévio. Ver televisão não só não requer habilidade alguma como também não aprimora habilidade alguma. Como Damerall salienta, "nenhuma criança assim como nenhum adulto fica mais hábil em ver televisão passando mais tempo diante dela. As habilidades exigidas são tão elementares que ainda não se ouviu falar de incapacidade de ver televisão." Ao contrário dos livros, que variam bastante em sua complexidade léxica e sintática e que podem ser graduados de acordo com a capacidade do leitor, a imagem de TV está disponível para todos, (POSTMAN, 1999, P. 54)

⁵ Neil Postman, crítico social e um dos mais importantes teóricos da comunicação dos Estados Unidos. Carrega mais de 20 livros publicados, maioria deles trata da relação entre cultura e mídia. Faz essa discussão em sua obra "O Desaparecimento da infância", em que tenta defender a infância e a escola na era das novas tecnologias.

Na sua perspectiva podemos considerar que as crianças desapareceram da mídia, e em modo particular, da televisão. Todavia, não pelo fato de não vermos pessoas de pouca idade, mas pelo motivo de que quando são vistas são representadas em adultos em miniatura.

Poderíamos chamar esta condição de Fenômeno Gary Coleman; com isso quero dizer que um espectador atento das comédias de costumes, das novelas ou de qualquer outro formato popular da TV notará que as crianças de tais programas não diferem significativamente em seus interesses, na linguagem, nas roupas ou na sexualidade dos adultos dos mesmos programas. Dito isto, tenho que reconhecer que as artes populares raramente retrataram crianças de maneira autêntica. Basta pensarmos em algumas das grandes estrelas infantis do cinema, como Shirley Temple, Jackie Coogan, Jackie Cooper, Margaret O'Brien e nos rufiões inofensivos das comédias de Our Gang, para perceber que as representações cinematográficas do caráter e da sensibilidade dos jovens estiveram longe de ser realista. (POSTMAN, 1999, p.79)

É necessário ter um olhar diferente para com a criança moderna, pois esses indivíduos estão rodeados de fatores que estão hiper-estimulando sua sexualidade através de roupas, maquiagens, músicas com forte apelo sexual. A mídia, a publicidade impõe que ela compre, consuma e vá deixando de ser criança.

Imagem 01: Publicidade da empresa dona da marca Lilica Ripilica



Fonte: Luciana Tavares; Rayana Fortaleza; Tircianny Araújo (2014)

Na imagem 01, percebemos que a empresa abusou da sensualidade para mostrar que a criança tem que se produzir como uma mulher madura, provocando ainda, ambiguidade com o slogan, em que provoca outro sentido à imagem.



Fonte: Luciana Tavares; Rayana Fortaleza; Tircianny Araújo (2014)

Na imagem 02, motivo de muita polêmica, é ilustrada uma criança em pose assustadoramente sensual e erotizada que não é compatível com sua idade. É visto que os publicitários estão apelando às crianças para a venda de produtos compra.

Imagem 03: Venda de conjunto de peças íntimas infantil com bojo em loja online



Fonte: Luciana Tavares; Rayana Fortaleza; Tircianny Araújo (2014)

Na imagem 03, percebemos que além de erotizar sua imagem nas propagandas publicitárias, incitam a erotização e adultização de suas práticas com produtos que não tem a mínima utilidade para elas, configurando a emergência de um novo mercado que na maioria das vezes é desnecessário. Assim, não só a publicidade; o produto pode ser o próprio problema. (Tavares; Fortaleza; Araújo, 2014)

Imagem 04: Capa do disco de vinil do Carnaval dos Baixinhos



Fonte: Mercado livre

Na imagem 04, disco de vinil, lançado em 1988, a capa do Carnaval dos Baixinhos da Xuxa, onde o fio dental, a folha de parreira e a posição das crianças deu um caráter totalmente erotizado a imagem.

Os pais não estão imunes a essa relação de pertencimento, de aprovação, da busca do reconhecimento social, visto como algo de enorme valor, que é consequência inerente da ideologia do mercado da sociedade atual.

Citando Harvey (1989), atualmente tudo se resume ao estético, à imagem, o qual distingue a modernidade da pós-modernidade na relação onde a primeira tem a ética como forma de se organizar em sociedade e a outra a estética, a qual remete tudo ao puro marketing, imagem, simbologia.

Nesse processo de erotização infantil podemos citar uma experiência no âmbito familiar em que influencia a criança com aspectos que são inerentes à vida adulta e que de modo direto ou indireto contribuem para esse processo: a tendência da moda tal mãe, tal filha:

A erotização já começa na primeira infância, com a mídia que, em grande parte, cultua a banalização do sexo, assim como a vulgarização do sexo feminino. Segundo Felipe e Guizzo, [...] é possível verificar que a representação de pureza e ingenuidade, suscitada pelas imagens infantis veiculadas pela mídia, tem sido substituída por outras extremamente erotizadas, principalmente em relação às meninas. (FELIPE; GUIZZO, 2003, p.120 apud Figueiredo, 2009)

Estamos passando pelo regresso da direção adotada no século dezesseis de perceber as crianças pela maneira de vestir. “À medida que o conceito de infância diminui, os indicadores simbólicos da infância diminuem com ele”. (POSTMAN, p. 82/83)

É como se estivéssemos voltando aos tempos passados, onde as crianças – como foi citado no capítulo anterior – eram vistas como adulto em miniatura na idade média, hoje, estamos nessa mesma direção, produzindo adultos em miniaturas, porém com significados diferentes. É uma relação complicada, pois ao mesmo tempo em que o Estado garante o direito a preservação da imagem e da identidade desse público, a partir, por exemplo, do Estatuto da Criança e Adolescente, em seu artigo 17 e lança discursos e campanhas de moralização em que censura todo tipo de relação sexual envolvendo uma criança, como a forma mais grave de violência sexual; criamos uma cultura que ameaça e viola os direitos destes:

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Em síntese, os direitos à infância estão sendo contrariados, em virtude de que a superexposição infantil acaba infringindo-os. Diante de todos os avanços no que tange a proteção e preservação dos direitos das crianças e adolescentes, é visto que a própria família e o Estado, os principais responsáveis na efetivação dessa proteção, estão deixando a desejar.

Outro exemplo impar de adultização e erotização, na perspectiva de Postman, está presente na evidencia da fusão do gosto e estilo de crianças e adultos; e uma evidencia de característica mais “pesada” “nas cifras sobre alcoolismo, uso de drogas, atividade sexual, criminalidade, etc - que implica uma declinante distinção entre infância e idade adulta” (p.77), em que podemos citar os MC’s mirins com roupas e músicas carregadas de grande apelo sexual:

MC Pedrinho canta *"ajoelha, se prepara e faz um boquete bom"*; MC Brinquedo diz *"roça, roça, roça o piru nela que ela gosta"*; MC Pikachu declara *"Sabe o que ela quer? Pau, pau. Meu Deus, ela quer pau"*; e MC Melody fala *"eu vou, eu vou, sentar agora eu vou"*. Se isso não é imoral, obsceno, sensual e sexual, não sei o que é então. (jovemjornalista, on-line)

Não significa dizer que as crianças irão fazer imediatamente o ato que as músicas descrevem, pois mesmo não possuindo entendimento sobre suas atitudes, logo de início, um dia irá torna-se sexual porque aprendeu a ser. É fato que a erotização infantil não é um fenômeno novo, é uma construção cultural⁶: dançavam na boquinha da garrafa, cantavam e reboavam as músicas do É o Tchan, cantavam as letras dos Mamonas Assassinas, todavia, hoje estão muito mais explícitos e com más intenções. É visto ainda que existem pais que defendem, como exemplo, a mãe do MC Brinquedo: “é melhor ele tá cantando, do que na rua, como um bandido”. (jovemjornalista, on-line)

Nesse sentido, ironiza Postman (1999), Afinal, qual é o absurdo de uma criança de doze anos usar linguagem “adulta”, vestir-se com roupas de adulto, demonstrar interesse adulto pelo sexo e cantar músicas de adulto? (p.80) “Hoje, na televisão em rede, simplesmente não há nada que lembre uma canção infantil. É uma espécie extinta” [...] (p. 79)

Portanto, é visto que deste cenário não resulta só o problema desse contexto estar comprometendo a infância etapa essencialmente necessária, uma vez que estimula antecipadamente a sexualidade, a qual pode trazer problemas psicológicos nas crianças, como podemos citar a banalização da sexualidade, pois essa a acumulação de situações como esta podem fazer que aprendam a ver o sexo de maneiras equivocadas, como também alimentar a pedofilia. (SILVA, 2014)

⁶ Visualizar como exemplo o disco de vinil ilustrado na imagem 04, em que mesmo sendo lançado há décadas atrás, já alimentava a erotização das crianças visando fins comerciais.

Ao mesmo tempo em que elas têm sido vistas como veículo de consumo, é cada vez mais presente a ideia da infância como objeto a ser apreciado, desejado, exaltado, numa espécie de “pedofilização” generalizada da sociedade. (FELIPE; GUIZZO, 2003, p.124 apud FIGUEIREDO et al, 2009)

Em síntese, as ações empreendidas pelas crianças no andamento do desenvolvimento da sexualidade infantil, como se apresenta muitas vezes naturalmente, não possuem um relevo problemático, porém, passa assumir essa forma quando a mídia se apropria desse aspecto e engendra com ele o processo de erotização. (OLIVEIRA, 2014)

É mais que congruente mencionar a interessante provocação de Walkerdine (1999, p.82), apud Felipe, Guizzo (2003), “até que ponto poderíamos concluir que as representações populares de garotas pequenas erotizadas constituem a teoria e o abuso sexual de crianças, a prática?”

CAPÍTULO III – O QUE LEVA CRIANÇA/ADOLESCENTE ABUSAREM SEXUALMENTE UNS DOS OUTROS?

O terceiro capítulo descreve o percurso metodológico para a estruturação desse trabalho, abordando ainda como a erotização precoce e os meios de comunicação estão assumindo formas de causadores do abuso sexual entre crianças e adolescentes, na medida em que a adultização e a pornografia direcionam para o fim da inocência dessa fase da vida, esses indivíduos se inserem na vida sexual cada vez mais cedo acarretando em graves consequências psicológicas e sociais.

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Considerando que a metodologia é o estudo crítico dos métodos que foram utilizados para a elaboração da pesquisa, contribuindo para definir os temas e o propósito, ajudando nas questões éticas e legais, melhor dizendo, “ajuda a deixar obvio as decisões, os meios e a questão a ser trabalhada para que não haja uma extensão desapropriada do assunto proposto, tampouco um desfalque”. (ALMEIDA, 2016)

Dessa forma, para sua constituição foi utilizada a pesquisa bibliográfica que segundo Fonseca (2002) “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e

publicadas por meios escritos e eletrônicos” (p.32), como livros, artigos científicos, com o intuito de analisar ou explicar o objeto de estudo que está sendo investigado. Justifica-se a escolha desse tipo de pesquisa pelo fato de ser visualizada como a que melhor responde as hipóteses levantadas, uma vez que outro tipo faria sua análise de forma rasa, nesse viés afirma Gil (2008), embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (p.50)

Configura-se como uma pesquisa de cunho exploratório, uma vez que objetiva oportunizar maior familiaridade com o problema de pesquisa no intuito de configurá-lo mais explícito e de traçar hipóteses. (GIL, 2002) Com uma abordagem qualitativa visa um aprofundamento na temática de estudo, dado que, a partir das análises de Minayo (2001), trabalha com o conjunto de significados, aspirações, crenças, princípios e ações, abarcando um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não são reduzidos à operacionalização de variáveis. Quanto ao método foi utilizado o método dialético, o qual propõe as bases para uma interpretação mais crítica e totalizante da realidade, “já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais”. (GIL, 2008, p. 14)

Foi feito o levantamento do material necessário iniciando em setembro, pausando em novembro do ano de 2018; retomando em abril do seguinte ano. Como critério de busca: utilizamos materiais que contemplassem a temática a partir de livros, artigos, teses, vídeos, revistas e sites. Dessarte, com base na leitura do material nos propusemos a discutir sobre os instrumentos causadores do abuso sexual entre crianças e adolescentes, em que apontamos como aspectos culturais, sociais e econômicos contemporâneos estão influenciando uma criança e/ou adolescente abusar sexualmente um do outro.

3.2 MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À PORNOGRAFIA E A EROTIZAÇÃO PRECOCE E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O ABUSO SEXUAL.

Estamos no limiar de um novo século, aliás, de um novo milênio, e nos encontramos em um turbilhão de mudanças. O avanço tecnológico tem provocado modificações significativas para a sociedade, o uso das tecnologias em várias esferas da vida está se tornando imprescindível, porém, se faz necessário analisar numa perspectiva crítica até que ponto o uso dos meios de comunicação podem ser favoráveis, mais precisamente para as crianças e adolescentes.

Não é supérfluo afirmar que os indivíduos mais vulneráveis neste mundo da mídia globalizada são as crianças e os jovens. As mudanças que presenciamos influenciam demasiadamente suas vidas. Lamentavelmente, a propagação de produtos da mídia, hoje, significa que a violência e a pornografia estão mais difundidas do que nunca. Assim, é vital por parte dos pais, professores e autoridades públicas se preocupar significativamente quanto ao modo como tal conteúdo pode influenciar os jovens, uma vez que o mesmo tem requerido uma atenção particular.

A televisão vem erroneamente atenuando a linha divisória entre infância e idade adulta, dado que não faz exigências de idades dos seus telespectadores, todos independente de idade estão igualmente propícios a receber o que ela tem a oferecer, sendo assim, as crianças avistam tudo que ela mostra, uma vez que suas imagens são concretas e autoexplicativas. (POSTMAN, 1999, apud JÚNIOR, 2013, p.16). Nesse segmento:

Com a revelação rápida e igualitária de todo o conteúdo do mundo adulto pela mídia elétrica, várias consequências profundas se fizeram notar. A abertura desses assuntos a todos, em quaisquer circunstâncias, apresenta riscos e em especial torna o futuro da infância problemático, pois, se não há mistérios para os adultos ocultarem das crianças e que só serão revelados quando acharem necessário, seguro e adequado, então sem dúvida a linha divisória entre adultos e crianças torna-se perigosamente tênue. Se for despejada sobre as crianças uma vasta quantidade de material adulto, a infância não poderá sobreviver. Por definição, a idade adulta significa mistérios desvendados e segredos descobertos. Se desde o começo as crianças conhecerem os mistérios e os segredos, como será possível distingui-las de outro grupo? (JÚNIOR, 2013, p.17)

O autor citado aponta para o fim do estranhamento do mundo adulto pelas crianças; para a mídia como responsável pela consubstanciação dos dois mundos, porquanto dissemina tudo que não precisam saber antes do tempo: doenças, sexo, violência, traição.

Contudo, os meios de comunicação mais usados hoje em dia são smartphones, tablets e computadores, onde a maioria das crianças e jovens possuem um hoje em dia. Estes se objetivam como instrumentos facilitadores de várias ações da nossa vida cotidiana, como exemplo, entrar em contato com amigos, pais, trabalhar, jogar, fazer exercícios escolares, contudo, simplificam o acesso a infinitos outros universos menos prosaicos, como o da pornografia (COSTA, 2018).

Nesse sentido, a exibição do corpo, a cultura do Brasil, os meios de comunicação incitam a precocidade sexual. Ademais, a internet, em especial, se configura como veículo de informação de fácil acesso que transmite uma exacerbada quantidade de informações favorecendo a inserção de crianças e jovens na vida sexual mais cedo. (BOUER, apud NOGUEIRA, 2013).

Assim sendo, pesquisas revelam que a pornografia é a principal causa de crianças estarem abusando sexualmente de outras crianças:

Organizações de assistência infantil e que combatem a pedofilia no Estado de Vitória relatam que estão lidando com um número crescente de casos de crianças que estão abusando sexualmente de outras crianças, e apontam para a proliferação e acesso fácil de pornografia em dispositivos portáteis como a causa. (MELBOURNE, 2012, p.2)

Não é que as crianças estejam imitando mais em seus comportamentos hoje do que no passado, o fato é que as crianças estão recebendo informações do mundo adulto numa força muito maior do que já experimentaram antes – a pornografia está presente em nossos computadores, smartphones e TV a cabo ou satélite – e isso se dá pela facilidade de informações que os meios de comunicação proporcionam, ou seja, estão sendo inundados de informações sexuais antes mesmo de possuírem o desenvolvimento e capacidade de integrá-las numa saudável identidade sexual.

Como já citado, o acervo literário sobre esse tema é escasso, principalmente em relação a estatísticas brasileiras, não que aqui não aconteça, pelo contrário, o problema talvez esteja condicionado ao fato de darmos pouca importância a essa problemática. Entretanto, foi encontrada uma pesquisa do IBGE 2012, a qual constatou que adolescentes brasileiros que iniciam a vida sexual entre 13 e 15 anos representa 28,7% destes. Já outra do ONU (2014), evidenciou que o Brasil lidera em número de crianças e jovens entre 9 e 16 anos que acessam as redes sociais, ultrapassando as cifras de países Europeus, cuja média é 9%; enfatiza a positividade da ampliação do acesso as tecnologias como empoderamento, porém, ao mesmo tempo, aponta para os riscos que derivam disto, como: acesso à pornografia, aos jogos de azar, e o assédio de adultos para fins sexuais.

Nos Estados Unidos, pesquisas realizadas nas universidades do Alabama e Indiana, indicam que quanto mais uma pessoa é exposta a pornografia, mais flexível se torna ao crime de estupro. (DOLNY, 2017)⁷

No Brasil, a média de idade com que uma pessoa tem seu primeiro contato com conteúdo pornográfico é de 12 anos [6]. E, ainda que esse primeiro contato não seja intencional, ao longo do tempo essa situação se inverte, e a maior parte das crianças e adolescentes passa a procurar pornografia ativamente [6]. Antes de atingir a maior idade, 39% dos meninos e 23% das meninas já terão visto cenas de sexo violento e submissor na Internet [7]. Quando uma criança ou adolescente tem acesso a conteúdo pornográfico, está sujeita aos mesmos impactos descritos anteriormente.

⁷ Miguel Dolny é teólogo e pesquisador formado pela universidade luterana do Brasil (ULBRA). Desde 2016, coordena o projeto “O mal que eu não quero”, publicando livros, realizando treinamentos e palestras em todo o país, aconselhamentos e campanhas, tendo sido eleito em 2017 pelo site “Fight The New Drug” um dos 12 “Guerreiros do Ano” por suas contribuições para a luta contra a pornografia.

Suas opiniões e comportamentos são transformados, enfrentando ainda o agravante de que, sendo um indivíduo em formação, esses impactos tendem a ser ainda mais profundos⁸. (DOLNY, 2017, np.)

É fato que não dá para culparmos as crianças por serem expostas à pornografia e a derivada confusão que configura-se para a vida delas, isso é uma preocupação do Estado, e principalmente da família, materializa-se como algo que deve ser lidado fortemente em casa, uma vez que os pais são os responsáveis fundamentais pelas liberdades e limites impostos às crianças. (MELBOURN, 2012)

A pornografia está ligada também a outros tipos de abuso contra as crianças e adolescentes: a pornografia infantil constituída como um tipo de abuso que estimula outros abusos sexuais praticados contra esses indivíduos derivado das fantasias obtidas pela pornografia infantil.

A situação atinge níveis cada vez mais preocupantes, conforme publicou a revista Istoé Online em 8 de março de 2006, ao constatar que o Brasil é o campeão mundial de pornografia infantil. Além disso, especialistas apontam a pornografia como causa primária de muitos dos crimes sexuais. (Câmara dos Deputados, 2007, Brasília – DF, online)

Portanto, é sabido que a pornografia pode trazer consequências graves para vida das crianças, promovendo uma verdadeira confusão na cabeça dos jovens, passando uma falsa imagem do que é o sexo, da forma correta de praticá-lo, com quem e do momento ideal, onde, destarte, acaba acarretando na prática do sexo entre eles mesmos. Segundo Carolyn Worth, coordenadora estadual dos Centros Contra Violência Sexual (CCVS) de Vitória – Austrália – é uma “Conduta sexualmente abusiva entre crianças até de nove anos de idade que está explodindo”.

Como já discutimos, no Brasil, a erotização infantil é percebida intensamente nas redes sociais, na escola, nas ruas, dentro de casa, sendo consolidadas principalmente por meio de músicas que apresentam forte apelo sexual com coreografias que imitam relações sexuais, das novas formas de vestimenta de forma adultizada, ou seja, imitando visual adulto nas crianças. Nessa perspectiva, Rodrigues cita parte de músicas atuais disseminadas por artista e público infantil: “Bote a bunda no chão” e “Faz quadradinho de oito”. O público grita ao

⁸ Podemos citar outro caso atendido pelo CREAS em que realizei estágio supervisionado de uma adolescente de 13 anos que vinha sendo abusada sexualmente pelos três irmãos de 11, 16,20 anos desde que tinha 7 anos de idade. Por não aguentar mais a situação relatou a situação a sua professora, a qual passou o caso para a diretoria e depois ao CREAS. Nos primeiros atendimentos apresentava muito medo, uma vez que sofria ameaça dos irmãos para não contar. Após vários atendimentos psicossociais a vítima relatou tudo a equipe técnica, como e quando começou: quando os pais saíam para trabalhar os irmãos colocavam filmes pornô na TV e obrigavam-na a fazer do mesmo jeito com eles. A adolescente estava muito abalada psicologicamente e teve que ser afastada do convívio familiar para uma casa abrigo enquanto a equipe trabalhava a família para sua reinserção.

passo que a menina de apenas nove anos deita no chão e ergue os quadris para cima. Logo após, vira-se de costas para a plateia e treme o quadril”. (RODRIGUES, 2016)

Essa erotização precoce provoca uma quebra da vivência infantil, uma vez que essa cultura sexual adultizada imposta às crianças não condiz com o processo de desenvolvimento saudável na infância. Inúmeros fatores externos podem influenciar nesse contexto, como exemplo, a mídia, onde para esta não há limites quando o assunto é prender seu telespectador e vender seu produto. Inserida numa sociedade altamente capitalista visa acima de tudo o lucro, criando, dessa forma, novas “necessidades” a todo instante para a sociedade, inclusive para as crianças estimulando preferências em vestimentas e maquiagens inadequadas para suas idades; preferência por jogos, músicas, ídolos, brincadeiras que estimulam a sexualidade precoce.

A dificuldade dos pais em lidar com a educação sexual dos filhos tem levado ao surgimento de uma realidade preocupante: casos de crianças abusando de crianças, fruto da erotização precoce de crianças e adolescentes. Somente na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) II, 20 casos de abuso entre menores estão sendo investigados desde novembro do ano passado, média de cinco casos por mês. E, assim como nos abusos cometidos por adultos, a violência sexual dessa natureza também ocorre principalmente dentro de casa, entre parentes. (Correio Braziliense, 2012, p.17)

Além de facilitar o contato das crianças com conteúdos pornográficos como já citado anteriormente, a mídia televisiva também se constitui como a principal fonte cultural para perpetuação da erotização. Esta produz estímulos e configura crianças com ações eróticas, as quais só deveriam pertencer a suas realidades tempos mais tarde. Dessa maneira, as crianças são instigadas de uma forma que não corresponde com sua realidade psíquica, emocional e, várias vezes a sua física. (SILVA; BRITES, 2013)

Assim sendo, a publicidade contribui para a banalização do sexo, não se dando conta das consequências que dessa situação pode decorrer. Como exemplo, podemos citar:

Outro dado importante nessa erotização de infantil e adolescente é o que isso produz em alguns adultos que, estimulados por visões deturpadas de mini-mulheres, enxergam nelas um produto e criam um mercado que suprirá demandas através da pedofilia, sequestros, estupros e até mesmo assassinatos. Hoje já é possível encontrar vários sites na internet incentivadores dessa prática, onde crianças e adolescentes são oferecidos como mercadoria sexual, onde, mesmo que não sejam trocadas, são aviltadas em suas privacidades quando são expostas a fotos e vídeos eróticos. (SILVA; BRITES, 2013)

Dessarte, é uma situação que se constitui como um grande desafio, ao passo que estamos alimentando um mercado que destrói a infância e a adolescência das crianças, e conseqüentemente alimentando a erotização precoce, a adultização das crianças, a pedofilia, a banalização do sexo.

A banalização da sexualidade pelos meios midiáticos é outro fator preocupante para o estímulo à erotização infantil. Ao entrarem em contato com cenas sensuais e carregadas de erotismo, as crianças passam a ver o sexo como algo banal e presente no seu cotidiano. (COSTA; MOTA; SILVA, 2009, p.66)

Estudos afirmam que a música tem papel importante nos fatores social e afetivo das crianças, dessa forma, as letras e danças erotizadas fazem com que a sexualidade, a qual como sabemos está presente em todo o nosso desenvolvimento, se volte para o sensual para algo erótico e excitante, quando deveriam está norteada para construção das relações sociais, construção das emoções, da experimentação de papéis e do desenvolvimento da afetividade; o resultados disso é o adiantamento do primeiro contato com a sexualidade, sem inteireza e maturidade. Ademais, essa precocidade da sexualidade da infância tende a aumentar os índices de exploração e abuso sexual. (LIMA, 2008)

Exalta-se, assim, mais uma vez, a atenção que a família deve ter em evitar a exposição das crianças a conteúdos deste sentido, uma vez que o exemplo é uma das principais formas de aprendizagem, porém, não se exclui aqui a responsabilidade do Estado que deveria controlar mais a veiculação de assuntos desse tipo, visando o controle da censura dos meios televisivos, outra instituição social não menos importante, a escola, que exerce essencial papel nas nossas vidas, deveria voltar à atenção para determinadas práticas, que podem até ser consideradas simples, entretanto, contribuem para perpetuação da erotização precoce nas nossas crianças. Nessa lógica podemos citar:

No último dia 27 de maio, uma sexta-feira, um colégio localizado em bairro nobre da parte baixa de Maceió protagonizou um episódio polêmico envolvendo seus alunos, com idades entre 11 e 12 anos. É que uma turma da escola expôs a música “Baile de Favela” - que estimula a violência e a prática sexual- durante um evento esportivo dentro da instituição. Indignados, internautas se mostraram contra o acontecido em redes sociais. (RODRIGUES, 2016, p. 5)

A escola tem o fundamental papel de participar do processo de desenvolvimento da criança, é algo que não deve se restringir a uma só instituição social, a responsabilidade da família não exclui a responsabilidade das escolas nem a do Estado, são mutuamente dependentes. Nessa perspectiva, podem trabalhar voltados à orientação para as crianças no sentido de que promova a noção de controle do próprio corpo, de que ninguém pode tocá-lo. Nesse sentido, “A equipe escolar deve ter conhecimento das etapas do desenvolvimento infantil, a fim de promover projetos pedagógicos que contribuam para o desenvolvimento cognitivo e emocional que caminham juntos e são interdependentes”. (RODRIGUES, 2016)

No Brasil, são poucos os estudos relacionados ao exercício da sexualidade e à abordagem da educação sexual. Na família o diálogo é ainda pobre ou inexistente; na escola, o debate é tímido e ocorre voltado mais para os aspectos biológicos, reforçando a ideia da sexualidade ligada à reprodução e tanto educadores como

profissionais de saúde permanecem com posturas impregnadas de preconceitos e tabus. Estes são transmitidos aos jovens de maneira, por vezes, mais marcante do que a pseudo-abertura colocada na fala, mas que não encontra respaldo na postura. (ALBUQUERQUE; BRAGA, 2009, p.19)

Portanto, é visto que muitas vezes, hoje em dia, os pais não impõem limites às crianças; não estão atentos também para esses assuntos, muitas vezes até são os próprios impulsionadores da prática de erotização das crianças, seja de forma consciente ou não, porém, o que é fato é que a mídia cria e estimula a erotização precoce e as autoridades e famílias a propagam por omissão.

3.3 AS DISTINTAS FORMAS DE EDUCAÇÃO DADAS ÀS CRIANÇAS NO ÂMBITO FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM O ABUSO SEXUAL⁹ E O PAPEL DA ESCOLA

Neste momento, a discussão que se esboçará será delineada pelos seguintes questionamentos: as famílias com suas diferentes formas de educarem seus filhos podem chegar a contribuir para a consolidação do abuso de maneira que reafirmam o machismo dentro de suas casas; os pais ausentes por terem que trabalhar não tem a oportunidade de acompanhar os filhos; e aqui ainda podemos fomentar quando a família é a própria violadora de direitos, como nos casos de abuso onde no sujeito ativo se tem um adulto, configurando-se a violência intrafamiliar, ademais, ressaltasse que esses casos são bem complexos devido ao ato acontecer no cenário onde deveria ocorrer seu tolhimento.

No Brasil, hoje em dia, a noção de que crianças devem ser particularmente protegidas é garantida pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém, apesar de trazer a questão da doutrina de Proteção Integral, – que foi um avanço muito importante para nossa sociedade – a mesma está associada a cenários de adversidade, de situações que a criança já tenha sofrido alguma violação de direitos, a título de exemplos: medidas relacionadas à superação de situações de desprovimento do convívio familiar, trabalho infantil, de maus tratos, jovens autores de ato infracional. Assim sendo, para família e Estado, a proteção na qualidade normativa afigura ser lembrada apenas como algo que deve acontecer em contextos “excepcionais”. Talvez, tal fato ocorra, devido a proteção ter se configurado socialmente a partir de marcadores sociais, como de raça, classe. (LIBARDI, 2016)

⁹ O abuso sexual é uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseando em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual, “voyeurismo”, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência física. (ABRÁPIA, 2002, p.5)

Em suma, para não desviarmos o foco de discussão, ressaltaremos como é necessário reconhecer a relevância da proteção ser provida, também, cotidianamente. Nesse sentido, a partir do reconhecimento da família como grupo social primário de fundamental importância no crescimento, desenvolvimento e bem-estar de seus membros e de que fatores culturais também têm um peso significativo quando falamos do abuso sexual, no que concerne a questões de gênero, como a ênfase que nossa sociedade dar a masculinidade, evidenciaremos como tal fator pode influenciar a prática do abuso sexual.

No nosso dia a dia é visto que existem muitas mães que ainda educam seus filhos perpetuando o machismo, diferenciando a forma de educar a menina do menino. Infelizmente, até então existe uma predominância de incorporação – seja de forma consciente ou inconsciente - desses valores pelas próprias mulheres. Nessa perspectiva: "Estamos falando de uma opressão que é histórica. E existe, sim, uma introjeção do machismo nas mulheres e isso é um dos mecanismos de sua manutenção". (MORENO, 2013 apud ABREU, 2013)

De acordo com dados do Ministério Público do Estado de Goiás, 2017, a violência sexual contra crianças e adolescentes – de 0 a 17 anos – é um crime que está diretamente associado à questão de gênero:

A porcentagem de vítimas do sexo feminino entre os casos denunciados ao Disque 100 foi de 71,8%. Já nos casos notificados ao Sistema VIVA/SUS, a porcentagem de crianças e adolescentes do sexo feminino foi de 83,5%.

Vinda de uma sociedade patriarcal e machista, a violência sexual no Brasil está relacionada a uma questão cultural, talvez seja por esse fundamento que essa temática não usufrui da atenção que merece. É um fato preocupante, principalmente, pelo fato de nos sujeitos passivos da violação está na maioria dos casos crianças e adolescentes como afirma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada “89% dos casos de violência sexual registrados no Brasil são contra mulheres. Do total, 70% representam casos contra crianças e adolescentes”. (IPEA, 2014).

Assim, não seria redundante relacionar a grande proporção de vítimas do sexo feminino com a questão de gênero, a qual ainda coloca a mulher como um objeto sexual, acarretando em crianças e adolescentes meninas serem os alvos preferenciais.

Outro fator que podemos analisar é a existência de famílias que necessitam passar a maior parte do tempo fora de casa trabalhando acarretando na falta de oportunidades de motivar um diálogo sobre este assunto, ou até mesmo de forma mais profunda pelo fato dos pais falarem sobre este assunto com os filhos ainda ser um tabu na nossa sociedade, assim, não conseguem conversar, promover uma educação sexual, pois sentem receio, atitude que

necessariamente devemos abolir, pois “Quando o diálogo entre pais e filhos é aberto e acolhedor, o ambiente torna-se propício para que a criança sintá-se à vontade para revelar o abuso. Para isso, ela precisa ter consciência de que está tendo o seu direito violado”. (ZANON, 2018)

Numa época como a nossa, em que a criança é precocemente erotizada pela televisão e pelas revistas de adultos, falar sobre sexo serve não apenas para quebrar um tabu, mas também para proteger os pequenos contra doenças e abusos sexuais. (ALBUQUERQUE; BRAGA, 2009, p.15)

Na maior parte dos casos de abuso sexual que chegam ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Juazeiro do Norte, os agressores fazem parte do convívio familiar da vítima, sendo principalmente parentes, isso se dá pois segundo Martins e Jorge:

Além da proximidade que facilita a abordagem, estas pessoas contam com a confiança das vítimas, usando a relação de confiança para se aproximar cada vez mais, num processo insidioso, sem que a criança perceba o ato abusivo do adulto. (MARTINS; JORGE. p.252, 2010)

Nessa perspectiva, estudos apontam que o indivíduo quando violentado tende a perpetuar essa ação com outrem. Como podemos citar a pesquisa de Ana – que busca conhecer mais esse risco do menino trocar o papel de vítima pelo de agressor – feita com vinte e seis entrevistados, adolescentes entre 16 e 18 anos, onde 12 destes admitiram ter abusado sexualmente de crianças. (BARROS, 2010)

Dessa forma, podemos afirmar que crianças, as quais não possuem discernimento quanto como realmente deve se relacionar sexualmente com outra pessoa, acabam por perpetuar a ação que aprendeu com os irmãos, primos, amigos da escola ou através de brincadeiras sexualizadas propagando o ciclo de violência. Enfim, é uma demanda que vem crescendo na nossa sociedade, onde muitas vezes não sabemos como lidar, seja por não estarmos preparados ou por acharmos algo normal as crianças estarem se descobrindo sexualmente, porém, é uma conduta que dela pode derivar várias consequências para vida dos envolvidos: gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, depressão, evasão escolar, iniciação da vida sexual precocemente.

Como neste caso estudado por Boarati (2009) em: Abuso sexual na infância: a vivência em um ambulatório de psicoterapia de crianças, em que Renata sofreu abuso sexual aos quatro anos por um vizinho, e presenciava cenas de sexo em casa, onde a posteriori passou a ter alterações no seu comportamento.

Renata contou à mãe que via os pais tendo relações sexuais, algo que era facilitado já que o quarto não tinha portas. Renata sabia mais do que a família supunha acerca de sexo. Conversava a respeito deste tema com a irmã mais nova, além de haver

manipulado o pênis do irmão de 4 anos ao banhá-lo, com pedidos de que este o colocasse em seu “bumbum”. Na escola, relatou o abuso sofrido aos 4 anos a uma colega, que contou aos demais, situação que desencadeou bullying. Neste recinto, espiava as colegas no banheiro, abaixava suas roupas e as provocava. (BOARATI; SEI; ARRUDA, 2009, p.430/431)

Isto posto, a estrutura familiar possui papel substancial no tocante a controlar os impulsos eróticos derivados dos motivantes dissertados, a partir de práticas preventivas simples e rotineiras, todavia, é visto que esse controle não é exercido, e quando feito, não é de maneira adequada. Nesse seguimento podemos citar:

[...] e o controle do que é visto pelas crianças, que tradicionalmente caberia aos pais, é extremamente frágil: a TV, muitas vezes, transforma-se numa conveniente “babá eletrônica”, que mantém os filhos quietos enquanto os pais trabalham ou se ocupam com os afazeres domésticos. (HAMANN, 2003, p.4 apud FIGUEIREDO et al, 2009, p.66)

É a partir da mídia que se molda o conhecimento sobre sexualidade por parte dos jovens, principalmente relacionado ao sexo, constituindo-se como principal instrumento informativo. Porém, este não possui um caráter educativo, assim, exige-se a participação da família como do Estado por meio da oferta de educação sexual nas escolas, uma vez que é um assunto de interesse público na medida em que a sexualidade é o que há de mais íntimo na composição do ser humano e o que qualifica como tal.

A curiosidade sexual é a principal responsável pelo despertar da aprendizagem. A curiosidade sexual e o desejo de saber se manifestam logo no início da nossa vida. (SILVA, 2007, p.18)

Os pais por conhecerem seus filhos há mais tempo obtém a capacidade e o dever de acompanhar essa evolução da infância para fase da adolescência, uma vez que nesse estágio da vida o corpo recebe consideráveis transformações e produz estímulos sexuais cada vez mais cedo em comparação ao passado. Portanto, é necessário que os pais se eduquem para poder educar, pois apesar de não terem passado por essa experiência nessa força, o mundo contemporâneo exige seu posicionamento diante desse novo cenário.

A sexualidade infantil molda as bases de fundamento para a sexualidade na adolescência e na vida adulta, nesse viés, se não tiverem apoio dos pais nas suas descobertas, tenderão a buscar em outras fontes que provavelmente não sanará todas suas dúvidas, chegando a se tornar um adulto com complexos, culpas e preconceitos. (ALBUQUERQUE; BRAGA, 2009)

A sexualidade necessita ser trabalhada cedo e devendo ser de forma natural ao tempo em que a criança vai descobrindo a si e ao corpo, porém, segundo Braga; Albuquerque (2009)

O instinto sexual de todos os instintos humanos é o mais reprimido pela cultura e também o que mais amplamente se manifesta seja por via neurótica ou sadia, tamanha é a sua força. (p.7)

[...] outra consequência do fato de ver programas para adultos é a superestimulação erótica que daí deriva e que impede que o impulso sexual seja suficientemente sublimado na aprendizagem. Além disso, a criança vai tendo uma ideia irreal do mundo, pois acredita que nele existem somente pistoleiros, espiões, delinquentes, pessoas imorais e guerras. (SOIFER, 1992, p.30).

Essa adultização e erotização precoce das crianças afeta até as respostas naturais do próprio corpo humano. Boeing, médica endocrinologista, afirma (2018) que hoje a infância está cada vez mais curta, pois os fatores socioculturais contemporâneos estão influenciando a regressão da maturidade sexual. O aparecimento de mamas, pelos, acnes e no caso das meninas da menstruação muito cedo, dado que no século XIX, a primeira menstruação acontecia aos 17 anos, no século XX aos 13 anos e atualmente com na faixa dos 10 anos.

Enfim, é dever da escola desenvolver ações críticas e educativas voltadas a promoção da saúde dos jovens com vistas a disseminar atitudes preventivas e de autocuidado. Configura-se como um grande desafio contemporâneo para os pais e professores, na medida em que é um assunto muito delicado e pouco discutido, em que apesar dos esforços já existentes existe certo receio. É necessário elaborar uma educação preventiva em um intuito de disseminar que o sexo é coisa de adulto, desenvolver a ideia do respeito para cada fase de desenvolvimento da vida sexual.

Bauman (2015) enfatiza que no cenário líquido em que vivemos, em que as mudanças são rápidas e imprevisíveis, a educação tem que ser planejada e pensada ao longo da vida inteira, e que esta não deve estar limitada aos profissionais da educação. Grande crítico da cultura pós-moderna, aponta para a necessidade de ver a mídia com um olhar crítico, uma vez que materializa-se como instrumento de educação autoritária. Chama atenção para o cuidado com as crianças e para nós mesmo perante o grande impacto que a indústria da publicidade exerce no que aprendemos ou deixamos de aprender.

Porém, é de extrema importância esclarecer que deve ocorrer o preparo dos docentes para que não emitam discursos particulares, repassando suas frustrações pessoais, mas um preparo para disseminar as crianças o que pode ou não pode fazer e trazer ideia de intimidade.

Portanto, a sexualidade humana é derivada de um complexo processo que compreende a sociedade e a cultura, as quais agem influenciando o comportamento sexual. Sofremos ao longo da vida, durante todo momento influências em um primeiro momento da

família, depois da religião, meios de comunicação e da escola nos moldam a partir dos padrões exigidos pela sociedade. (AQUINO, 1997)

3.4 REPERCUSSÕES DO CONTEXTO PÓS-MODERNO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

A globalização do mundo segundo Ianni (1992, p. 11) apud Guimarães (2005), “expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”. Aqui, a questão social atinge novos traços e significados, com dimensões mais profundas, amplia-se a solicitação dos Assistentes Sociais se posicionarem e entenderem a sua complexidade tanto no nível global quanto no cotidiano da profissão, abandonando práticas rotineiras, burocráticas e assistencialistas com vistas a desenvolver uma prática profissional de qualidade que preze sempre pela emancipação dos indivíduos.

Estamos inseridos na era da globalização, onde o capitalismo não globaliza só a produção e o consumo, mas em consequência as coisas, ideias, cultura, gente, o Estado, instituições consoante com seus propósitos.

Adentra-se a um novo milênio com incertezas, crises e de dilemas de toda ordem e natureza. Um milênio com progressos imensuráveis, mas também misérias inmensuráveis e violências diversas em todos os cantos e lugares. (Guimarães, 2005, p.2)

Não buscamos afirmar que suas consequências se esgotam apenas em uma direção ruim, pois é época de muitos avanços, no entanto, presenciamos altas taxas de desemprego, desmontes de direitos, desresponsabilização do Estado,

O “novo Mercado” capitalista globalizado, associado às inovações tecnológicas em curso, passa a gerenciar, controlar e a gerir as relações sociais de produção entre os indivíduos, grupos, classes, nações, mas também os costumes, os sonhos, as esperanças e as expectativas de homens, mulheres e crianças em seus múltiplos cotidianos. Invade, enfim, a vida em sua totalidade, transformando o mundo numa “imensa fábrica global”. (GUIMARÃES, 2005, p. 3)

Essas mudanças percebidas na sociedade capitalista fazem alguns autores pensarem na origem de uma nova questão social, dado que visualizam que o trabalho, “categoria organizadora da sociedade industrial” (FLEURY, 2007, p.4) e condicionante da concepção das expressões da questão social, perdeu a centralidade¹⁰.

¹⁰ O trabalho já não se associa ao crescimento de forma irreversível e a economia passa a crescer eliminando trabalho de forma intermitente ou permanente, gerando uma nova estrutura do mercado de trabalho. Estas transformações na estrutura e relações de trabalho ficaram caracterizadas pela

As principais manifestações da “questão social” – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da “questão social”. (PASTORINI, 2004, p. 101)

Entretanto, é visto que existem novos fatores sociais que nos faz pensar na emergência de uma nova questão social diferente daquela que surgiu no século XIX, todavia, não há como pensar nesse sentido, uma vez que características fundamentais da sua origem, materializadas na intrínseca vinculação ao processo de reprodução capitalista, ainda estão em vigência. (PASTORINI, 2004)

Vemos assim que, do ponto de vista histórico, no capitalismo a “questão social” vincula-se estreitamente à questão da exploração do trabalho, ou seja, a “questão social” apresenta-se, desde as suas primeiras manifestações, estreitamente vinculada à questão da exploração capitalista, à organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social. (PASTORINI, 2004, p. 113)

Assim, essa fase contemporânea do capitalismo configura manifestações diversas e cada vez mais complexas.

A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é sua razão de ser. (NETTO, 2001, p.48)

Nessa lógica, a questão social é derivada da sociedade capitalista e deve ser considerada como elemento constitutivo desta sociedade em que nas suas diferentes fases gera diversas manifestações e que conforme Netto (2001) “é insuprimível sem a extinção da ordem do capital”. (p.48)

Uma das principais repercussões do novo padrão de acumulação esta nas relações de trabalho e dos direitos sociais no tocante a desregulamentação: desemprego, flexibilização e terceirização, corte dos gastos sociais.

Assim sendo, diremos que a “novidade” hoje reside na forma que ela assume a partir das transformações vividas no mundo capitalista em seu conjunto desde os anos 1980, que produz, além de um aumento da pobreza, uma desestabilização dos

denominada “flexibilização do trabalho” e também pela necessidade dos indivíduos investirem em sua condição pessoal de “empregabilidade”. A vida dos indivíduos, a sua inserção social, seus mecanismos de proteção social deixam de estar associados à sua inserção laboral. Isto tem um enorme impacto na organização e no financiamento da proteção social, baseada em uma incorporação maciça de trabalhadores jovens que sustentariam os dependentes e os idosos beneficiários do sistema. Portanto, uma crise de financiamento da proteção social torna-se inexorável. (FLEURY, 2007, p.4)

trabalhadores outrora estáveis e, em decorrência, uma perda dos padrões de proteção social. (PASTORINI, 2010, p.116)

Partindo do pressuposto de que a questão social é “base sócio-histórica da requisição social da profissão” (IAMAMOTO, 2007, p. 18)) e de que estamos visualizando o agravamento das suas expressões é necessário os assistentes sociais se abrirem para outros modos de atuar sobre a questão social. A autora afirma que é necessário estar de olhos abertos para o mundo contemporâneo com vistas a decifrá-lo e transformar os limites e possibilidades postos pela conjuntura em frentes de trabalho. (idem)

Um dos maiores desafios que o Assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2007, p. 20)

Em síntese, hoje, as profundas mudanças tecnológicas , assim como em períodos anteriores , estão provocando uma vasta expulsão dos trabalhadores dos seus postos de trabalho, uma vez que nessa sociedade o trabalho não tem mais o mesmo valor, devido ao grande processo de automação verificado, dessarte, cresce significativamente os índices de desemprego e a exclusão social.

Nesse seguimento, pode-se citar como uma das implicações desse contexto que realimenta expressões passadas da questão social de forma mais drástica: a subtração da infância no sentido do aumento do trabalho infantil, em que diversas grandes empresas estimulam essa exploração por ser uma mão-de-obra mais barata; além da exploração sexual e da violência do turismo sexual. (IAMAMOTO, 2007)

Nesse sentido, sem querer desviar o foco de discussão direcionamos a discussão para a globalização pontuando a revolução tecnológica imposta e suas consequências como a citada durante a discussão feita nesse trabalho, em que a sociedade pós-moderna caracterizada pela ampla globalização trouxe grandes avanços tecnológicos, os quais oferecem várias vantagens, porém, provocaram grandes impactos para a sociedade, como aqui citados, os trabalhadores com desestruturação total das relações de trabalho e aumento exaustivo do exercício industrial de reserva; para os jovens, crianças e adolescentes no viés de engendrar uma cultura voltada para configuração, paulatinamente, do desaparecimento da infância, ambos público da profissão do assistente social.

A intenção não é restringir as consequências a esse público, porém, o trabalhador foi citado, uma vez que o trabalho é o elemento fundante da matéria prima do trabalho do assistente social que é a questão social, sendo indispensável para iniciar essa discussão e as crianças e adolescentes que são o foco de discussão da pesquisa.

Uma das expressões da questão social que estão sendo experimentadas por esses sujeitos, crianças e adolescentes, é o desaparecimento da sua infância no sentido da quebra, paulatinamente, de sua inocência. Portanto, tal cenário apresenta-se como um grande desafio para os assistentes sociais, uma vez que estão diante de uma situação de violação de direitos de um público “frágil”, em que acontece em circunstâncias de resolutividade complexa¹¹, pois envolve vários aspectos da vida como condicionantes, como passar para os pais e responsáveis como determinada situação chega a acontecer que exigisse práticas cotidianas voltadas para o cuidado e para prevenção dessa situação que apesar de não ser assim vista de forma predominante é um tipo de violência.

Assim sendo, como afirma Iamamoto (2007), os assistentes sociais precisam ser propositivos perante essas novas expressões da questão social, no viés de saber adotar formas de trabalho que venham a preservar e concretizar direitos, “decifrar os novos tempos para que deles se possa ser contemporâneo”. (p.49)

Como proposta para sua intervenção seria pertinente voltar suas ações profissionais para aumentar a prática da prevenção em relação à situação estudada. Como exemplo, elaboração de propostas para políticas sociais direcionadas para a prevenção do abuso sexual entre crianças e adolescentes com base na promoção da educação sexual nas escolas, uma vez que segundo IAMAMOTO (2007) as políticas sociais são instrumentos do trato da questão social e uma das especialidades do assistente social.

O Estado cada vez mais está submetido aos interesses políticos e econômicos dominantes, desviando-se de suas responsabilidades sociais configurando empecilhos para a concretização de fato desse molde de educação.

¹¹ Pode-se citar um caso atendido pelo CREAS em que realizei o estágio supervisionado, onde um adolescente de 13 anos abusou sexualmente de sua prima de 5 anos; a criança deu entrada na UPA da cidade, logo os médicos suspeitaram da situação e objetivaram realizar o exame para constatar o fato, porém, não foi autorizado pela tia – a qual é mãe do adolescente. Dessa forma, o caso foi encaminhado para o CREAS, vários atendimentos psicossociais foram realizados, onde de início a mãe, a tia e avó resistiam muito a falar sobre a situação real apresentando argumentos que não coincidiam. Até depois de todo um processo de informações se sentiram a vontade para revelar como de fato teria ocorrido o ato. Alegaram ter medo de irem presas, perder a criança, vergonha, dentre outras coisas. Assim, é visto como é delicado e exigente de muito profissionalismo e conhecimento para direcionar casos como este. Foram atendidos vários casos desse mesmo tipo, como de um adolescente, irmão mais velho de 13 anos, o qual estava abusando do irmão de 4 anos e os pais não estavam tomando exatamente nenhuma posição, a situação já havia sido denunciada várias vezes pelos vizinhos que tinham parentesco com a família, exatamente pelo fato da omissão dos pais.

Não obstante já existir a menção da necessidade da educação sexual nas escolas, não se configura como um dever, apenas como uma sugestão de discussão, configurando-se como mais um desafio a ser vencido. Vários estudos em relação a esta temática criticam essa posição do Estado, pois, além disto, na prática, quando acontece está direcionada somente para a aprendizagem do ponto de vista biológico, omitindo seus aspectos culturais, políticos e sociais.

Em 1998, o Ministério da Educação incluiu a Orientação Sexual nos Parâmetros e Referenciais Curriculares Nacionais¹² para o Ensino Fundamental. Lá, afirma-se que, a partir das 5ª série, é importante que a escola possa oferecer um espaço específico (uma hora-aula semanal) para orientar, debater e tirar as dúvidas dos alunos sobre a sexualidade. Entretanto, como o tema tem caráter transversal, isto é, de aplicação desejável, porém não obrigatória, sua implantação definitiva na grade curricular por vezes esbarra no pensamento retrógrado e tacanho de que essa matéria poderia incentivar ou antecipar o relacionamento íntimo entre os jovens. Uma mentalidade típica daqueles que querem “tapar o sol com a peneira”. (ALBUQUERQUE; BRAGA; 2009, p.18)

É visto que os assistentes sociais lidam diretamente com essas expressões visualizadas nas relações sociais da vida no seu cotidiano, configurando como uma expressão das mais variadas que a contemporaneidade lhe apresenta atualmente, em que estes devem atuar buscando novas possibilidades na realidade com vistas a alcançar o que a profissão objetiva: a emancipação do usuário. Nesse caso, é de essencial necessidade a construção de uma educação sexual direcionada para uma prática crítica, reflexiva e educativa voltada para os jovens que são o futuro da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Combater as causas do abuso sexual entre crianças e adolescentes é um desafio contemporâneo posto a toda sociedade, por se tratar de uma questão estrutural em que envolve aspectos sociais, econômicos e culturais torna-se difícil a materialização de sua erradicação. O Estado possui políticas de prevenção e atenção ao abuso sexual, todavia, infelizmente, não são postas em prática e quando assim feitas não são reforçadas a atingirem seus objetivos de fato.

Com o grande marco da Constituição Federal de 1988, o Estado passa a atender as reivindicações da sociedade que exigia uma posição formal em relação ao abuso sexual

¹² Parâmetros curriculares nacionais – PCN são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que orientam a educação, servindo como referências de qualidade para o ensino fundamental e médio, não possuem caráter obrigatório apenas sugestivo.

contra crianças e adolescentes, um dos tipos de violência pouco debatidos e reconhecidos pelas políticas públicas até então. Assim, podemos dar destaque ao parágrafo 4º do art. 227: “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. Em 1990, surgiu o ECA para reafirmar e regulamentar os direitos desse público, implantando a proteção integral.

Referência no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, (2000), é instrumento para estruturação de políticas, programas e serviços direcionados para o combate a violência sexual. Em um de seus seis eixos estratégicos têm-se o eixo: atendimento, o qual defende a garantia do atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados, com vistas a romper o ciclo de violência e impunidade.

Nesse sentido, pode-se citar o CREAS, órgão do governo de extrema importância para o combate do abuso sexual, com sua grande articulação em rede com o Ministério Público, Conselhos Tutelares, Defensoria pública, Poder Judiciário e toda a rede socioassistencial deveria empreender uma forte rede de proteção social, porém, infelizmente, na prática, não cumpre com seus propósitos: falta de compromisso com uma prática profissional qualificada, com o preenchimento devidamente correto dos registros de informações; condições de trabalho precárias; ações profissionais imediatas, paliativas, acríicas: abstendo-se de atuar no cerne da violação, ou seja, ações totalmente incompatíveis com os objetivos do Código de Ética profissional, situação muitas vezes decorrentes da questão do monitoramento, dado que fazem as coisas por cima, visando apenas os números finais.

No eixo prevenção: assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, com ações de educação, sensibilização e de autodefesa. Foi dissertado no desenvolvimento do trabalho que apesar da grande evolução no tocante aos direitos das crianças e adolescentes, ainda existe a ausência de uma educação sexual direcionada para a constituição de uma postura crítica e reflexiva, abstendo-se do caráter conservador reiterado tanto pelas escolas quanto pela própria família, dificultando o desenvolvimento nas crianças do conhecimento de casa fase da vida sexual e o momento oportuno para cada experiência.

Em 2012, incorpora-se ao plano nacional as diretrizes do III Congresso Mundial de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes: em que atentavam para a necessidade de assistir as novas formas de violência sexual, os crimes transnacionais e os

delitos facilitados pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Como pode-se citar um dos objetivos do Plano Decenal dos direitos de Crianças e adolescentes, objetivo estratégico 3.8: aperfeiçoar instrumentos de proteção e defesa de crianças e adolescentes para enfrentamento das ameaças ou violações de direitos facilitadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Mais do que nunca a potencialidade das novas tecnologias está sendo utilizada de forma negativa para o público em questão, os quais não estão sabendo lidar com a quantidade de informações recebidas, caracterizada na maioria das vezes como não compatíveis com suas idades, prejudicando o seu desenvolvimento sexual saudável, inserindo-os precocemente na vida sexual.

Por esse tema ser complexo e pouco discutido, de início encontramos dificuldades no que tange ao estabelecimento da fundamentação teórica e das hipóteses, porém, aos pouco as ideias foram sendo interligadas naturalmente tornando-se interdependentes. É visto que são condicionantes que são visualizados facilmente no dia a dia, todavia, é crucial a emergência de novas pesquisas nesse sentido, uma vez que é uma área que requer um cuidado especial.

Dissertar sobre esse tema acarreta em ver o quanto estamos banalizando a importância de manter viva a infância, fase essencial para o desenvolvimento saudável de todo ser humano, e entender que os fatos causadores desse tipo de violência derivam de uma questão estrutural, porém, colocando-os em questão, como agora, podemos criar bases para atuação dos profissionais que trabalham nesse âmbito e para a sociedade como um todo operar na defesa e proteção desses indivíduos.

O CFESS constata que os assistentes sociais por serem sujeitos críticos possuem o dever de refletir sobre a questão da coisificação, do consumo e do descarte dos corpos na sociedade contemporânea. Ponderando esse assunto, nos faz pensar na sua necessária posição perante uma sociedade que está transformando as crianças e adolescentes em objetos, ultrapassando limites éticos e morais, com um único intuito: valorização e acumulação de capital.

Portanto, é visto que a sociedade pós-moderna ao tempo que trouxe progressos legislativos para crianças e adolescentes, dificulta sua concretização através de uma estrutura que exalta o consumo e o lucro. Como foi elencado acima a garantia da prevenção e erradicação do abuso sexual contra crianças e adolescentes pelas políticas públicas. Nessa perspectiva, é imprescindível que o assistente social, com sua particularidade profissional de defensor intransigente dos direitos humanos, ofereça independentemente dos empecilhos estruturais e institucionais atendimento de qualidade para com esse público, concretizando os

propósitos das políticas sociais, visando sempre à emancipação dos usuários, assim como, e de mesma importância, atuação da família, do Estado, das escolas, da sociedade como um todo, com vistas a acabar com essa lógica que alimenta o fim da infância, pois omitir a reflexão ou preocupação com a infância é desconsiderar nosso próprio futuro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Katia. **Mulheres também são responsáveis pela perpetuação do machismo.** Disponível em:<<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2013/01/10/mulheres-tambem-sao-responsaveis-pela-perpetuacao-do-machismo.htm>. Acesso em: 28 set. 2018.

Abuso sexual contra crianças e adolescentes/ABRAPIA; [revisão e atualização Lauro Monteiro Filho; projeto gráfico e ilustrações Gian Calvi] 3ª ed. – Petrópolis, RJ: Editora Autores & Agentes & Associados, 2002.

ALBUQUERQUE, Regilda Lopes de; BRAGA, Eliane Rose Maio. **SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA NAS 5ª SÉRIES.** Disponível em:< [file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/2273-8%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/2273-8%20(3).pdf)>. Acesso em: 23 abril.2019

ANDERSON, Klaissa Verônica dos Santos. **INFÂNCIA, SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA: UMA RELAÇÃO PARA A VIDA TODA.** Disponível:< file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/TRABALHO_EV045_MD1_SA11_ID1437_17082015225510.pdf>. Acesso em: 26 abril. 2019.

ARAÚJO, Tircianny; FORTALEZA, Rayana; TAVARES, Luciana. **Como lidar com a erotização precoce.** Disponível em:< <https://publicidadeinfantil.wordpress.com/>>. Acesso em: 15 maio. 2019.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA GLOBALIZAÇÃO.** Disponível em:< <file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/6-221-1-PB.pdf>>. Acesso em: 30 abril. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno.** Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1º ed. © 2013: Jorge Zahar Editor Ltda.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BARROS, Ana Cláudia. **Maioria de vítimas de abuso sexual vira agressor**. Disponível em:< <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4744599-EI6582,00-Pesquisa+Maioria+de+vítimas+de+abuso+sexual+vira+agressor.html>>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

BELISSE, Claudia Leila. **Atividade Sexual Precoce na Adolescência: a importância da educação sexual nas escolas**. Disponível em:< <file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/1460-8.pdf>>. Acesso em: 22 abril.2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

CAMPOS, Bruno Cajazeira. **O QUE É A DOUTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. Disponível em:< <http://cursocliquejuris.com.br/blog/o-que-e-a-doutrina-da-situacao-irregular-da-crianca-e-do-adolescente/>>. Acesso em: 14 maio. 2019.

Conselho Nacional de Serviço Social. **CFESS Manifesta Gestão Tempo de Luta e Resistência** (2011-2014). Brasília, 2014.

Childhood, Pela Proteção da Infância. **Causas da violência sexual entre crianças e adolescentes**. Disponível em:< <http://www.childhood.org.br/causas-da-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em 27 set. de 2018.

Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade/ [organizadoras] Paula Regina Costa Ribeiro, Joanalira Corpes Magalhães – Rio Grande: Ed. Da FURG, 2017. 284p.

FELIPE, Jane; GUIZZO, B.S. **Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo**. Disponível em:< <file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/8643865-16200-1-SM.pdf>>. Acesso em: 09 maio. 2019.

FERNANDES, Danyelle Crystina. **Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente no Brasil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 11, Vol. 02, pp. 95-115 Novembro de 2018. ISSN:2448-0959

FIGUEIREDO, Adriana de Oliveira Gonçalves et al. **A influência televisiva como desencadeadora da erotização infantil na contemporaneidade (3-5 anos)**. Disponível em:<
<https://www.passeidireto.com/arquivo/45942696/erotizacao-precoce-de-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 09 maio. 2019.

FILHO, Benedito José Carvalho. **Marcas De Família, Travessia No Tempo** Capa Comum – 1 jan. 2000.

FLEURY, Sonia. **PROTEÇÃO SOCIAL EM UM MUNDO GLOBALIZADO**. Disponível em: <[file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/ACF95B%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/ACF95B%20(2).pdf)>. Acesso em: 11 maio.2019.

Fundação Telefônica/Brasil. **Nos 24 anos do ECA, advogado critica a falta de implementação da lei: “a proteção integral é muitas vezes inexistente”**. Disponível em:<
<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalhoinfantil/noticia/nos-24-anos-do-eca-advogado-critica-a-falta-de-implementacao-da-lei-a-protecao-integral-e-muitas-vezes-inexistente/>>. Acesso em: 24 abril. 2019.

GARCIA, Mariana Ferreira. **A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DO ABRIGO AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**. Disponível em:<
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/119738/283137.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 abril. 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Disponível em:<
https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf&ved=2ahUKEwjviePckoveAhVGIIJAKHeo-BkIQFjAOegQIBxAB&usg=AOvVaw3w30ivMI3OcwQmWJBT_5QQ>. Acesso em: 16 de out. de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Gabriela do Nascimento; SANITÁ, Janaine Santos; TOKUDA, André Masao Peres. **CONCEITOS BÁSICOS SOBRE A VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL E SEU PROCESSO HISTÓRICO.** Disponível em:< <https://docplayer.com.br/47800313-Conceitos-basicos-sobre-a-violencia-e-abuso-sexual-e-seu-processo-historico.html>>. Acesso em: 11 abril. 2019.

GUERRA, V. N; AZEVEDO, A. **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento.** 6 ed. São Paulo: Cortez Editora

Guia da monografia. **Pesquisa Bibliográfica: o que é?.** Disponível em:< <https://guiadamonografia.com.br/pesquisa-bibliografica/>>. Acesso em: 12 de nov. 2018.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E GLOBALIZAÇÃO: aportes para o debate.** Disponível em: <[file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/101Simone_de_Jesus_Guimar%C3%A3es%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/101Simone_de_Jesus_Guimar%C3%A3es%20(2).pdf)>. Acesso em: 10 abril. 2019.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** Tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 17ª edição: maio de 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 13. ed. – São Paulo, Cortez, 2007.

JARDIM, Dulcilene Pereira. **Aspectos da sexualidade na adolescência.** Disponível em:< [file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/21%20\(1\)%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/21%20(1)%20(3).pdf)>. Acesso em: 23 abril. 2019

Jovem Jornalista. **Erotização infantil: certo ou errado?.** Disponível em:< <http://jovemjornalista.blogspot.com/2015/04/erotizacao-infantil-certo-ou-errado.html?m=1>>. Acesso em: 10 maio.2019.

JUNIOR, José Custódio Da Silva. **Evolução dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol 13, pp. 61-74. Janeiro de 2017 ISSN:2448-0959

LIBARDI, S. S. **A proteção da infância e as relações intergeracionais a partir da perspectiva dos adultos.** Rio de Janeiro, 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Trabalho orientado

pela professora Lucia Rabello de Castro, professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. **Reflexões sobre a modernidade e o holocausto a partir de Zygmunt Bauman.** Disponível em:< file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/2014_art_fjglima.pdf>. Acesso em: 22 abril. 2019.

LIMA, Valter. **Erotização da música influi na precocidade sexual da criança.** Disponível em:< <http://valterlima.blogspot.com/2008/02/erotizacao-da-msica-influi-na-precocidade.html?m=1>>. Acesso em: 16 de out. de 2018.

Mercado livre. Carnaval para baixinhos. Disponível em:<<https://lista.mercadolivre.com.br/carnaval-para-baixinhos>>. Acesso em: 15 maio.2019.

NETTO, J.P. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: Temporalis. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

OLIVEIRA, Larissa Sande de. **O IMPACTO DAS MÍDIAS NO PROCESSO DE “EROTIZAÇÃO” INFANTIL.** Disponível em:< file:///C:/Users/pc.pc-PC/Downloads/Modalidade_1datahora_10_11_2014_13_46_02_idinscrito_193_ea398df8504f7f872d2de53401b27352.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2019.

OLIVEIRA, Maria Eliete de; SILVEIRA, Dra. Darlene de Moraes. **A TRAJETÓRIA DOS DIREITOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NO CASO BRASILEIRO.** Disponível em:< <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/TCC-Maria-Eliete-de-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 15 março. 2019.

POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da infância.** Tradução: Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999.

RODRIGUES, Mariane. **Por que o erotismo infantil é um problema e como os pais podem evitar?** Disponível em:< <https://maceio.7segundos.com.br/noticias/2016/06/11/66334/por-que-o-erotismo-infantil-e-um-problema-e-como-os-pais-podem-evitar.html>>. Acesso em: 13 de out. de 2018.

SANTOS, Ivone Maria dos. **A CULTURA DO CONSUMO E A EROTIZAÇÃO NA INFÂNCIA.** Disponível em:<

<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/74369/77997>>. Acesso em 22 de abr. 2019.

SILVA, Maria Cecília Pereira da. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, 238p.

SIMIONATTO, Ivete. **Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática**. IN: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais – Brasília: CFESS/ABEPSS.

Ulla Carlsson • Cecilia von Feilitzen. **A CRIANÇA E A MÍDIA**. Disponível em:<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000131.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2018.

ZANON, Leandro. **Abuso sexual infantil: veja como identificar os sinais**. Disponível em:<<http://pensamentoliquido.com.br/abuso-sexual-infantil-veja-como-identificar-os-sinais/>>. Acesso em: 15 de out. de 2018.